

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	6
5.3 - Descrição - Controles Internos	10
5.4 - Alterações significativas	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	19
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	26
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	29
10.5 - Políticas contábeis críticas	35
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	43
10.8 - Plano de Negócios	44
10.9 - Outros fatores com influência relevante	46

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**ITEM 5.1 – Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros**

Além dos riscos de mercado diretamente relacionados ao negócio descritos no item 4. Fatores de Risco, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados, principalmente a perdas potenciais resultantes de mudanças adversas nas taxas de juros e de câmbio.

Risco de Taxa de Juros

Possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a passivos sujeitos a juros flutuantes, que reduzam os rendimentos dos ativos sujeito a juros flutuantes e/ou quando da flutuação do valor justo na apuração de preço de ativos ou passivos que estejam marcados a mercado e que sejam corrigidos com taxas pré-fixadas.

A gestão de caixa e o endividamento são ferramentas que permitem mitigar os riscos oriundos de taxas de juros, que é constantemente monitorado. Havendo necessidade, a empresa atua na minimização deste risco, fazendo uso de instrumentos de derivativos de taxas de juros, tais como SWAP de troca de indexadores, onde se troca fluxos de caixa pré-fixados por pós-fixados, ou qualquer outro instrumento que a exerça a função de mitigar o risco advindo e oscilações na taxa de juros.

A companhia tem contratado operações de Derivativos para mitigar os Riscos de Juros das operações de Financiamentos a juros fixos para uma taxa flutuante, e no intuito de tirar a volatilidade do resultado, designou algumas operações como “Hedge Accounting”.

Em 31 de dezembro de 2014, as aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia, estão indexados como segue:

a) Tabela antes das Operações com Derivativos e após o efeito das operações com Derivativos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos*Valores em milhares de Reais*

Sem efeito dos derivativos	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	2.267.706	34,57%	4.291.738	65,43%	6.559.444	100,00%
Empréstimos e financiamentos	6.074.723	91,18%	587.299	8,82%	6.662.022	100,00%
Com efeito dos derivativos						
	Pré-Fixado		Pós-Fixado		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	2.267.706	34,57%	4.291.738	65,43%	6.559.444	100,00%
Empréstimos e financiamentos	4.294.956	64,47%	2.367.066	35,53%	6.662.022	100,00%

b) Valores expostos por fator de risco*Valores em milhares de Reais*

	Sem efeito dos derivativos		Com efeito dos derivativos	
	Valor	%	Valor	%
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	4.291.738	100,00%	4.291.738	100,00%
. CDI	3.681.678	85,79%	3.681.678	85,79%
. Libor	610.060	14,21%	610.060	14,21%
Empréstimos e financiamentos	587.299	100,00%	2.367.066	100,00%
. TJLP	116.842	19,89%	116.842	4,94%
. Libor	470.148	80,05%	426.042	18,00%
. CDI	309	0,05%	1.824.182	77,07%

Risco de Taxa de Cambio

A administração, após análise das operações e negócios da Embraer, em relação principalmente aos fatores para determinação de sua moeda funcional, concluiu que o dólar ("US\$" ou "dólar"), é a sua moeda funcional.

Como consequência, as operações da Companhia expostas ao risco de variação cambial são, majoritariamente, as operações denominadas em Reais (custo de mão de obra, despesas locais, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos denominados em Reais), bem como os investimentos em sociedades controladas e coligadas, em moedas diferentes do dólar norte americano.

A Embraer, devido a natureza de sua atuação e ter como moeda funcional o Dólar Norte-americano, considera como exposição cambial seus ativos e passivos atrelados a Reais (Moeda Brasileira). A fim de minimizar perdas em seus resultados financeiros, que em sua maioria são gerados em Dólar Norte Americano, a empresa administra o descasamento de sua exposição em reais a fim de manter o seu equilíbrio.

A companhia busca na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira assegurar que, na realização das transações contratadas, o hedge natural

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

efetivamente se materialize. Essa política minimiza o efeito da variação cambial sobre ativos e passivos já contratados, mas não protege o risco de flutuação dos resultados futuros em função da apreciação ou depreciação do Real que, pode quando medida em dólares, apresentar um aumento ou redução da parcela de custos denominados em reais.

A companhia também busca minimizar o efeito cambial no resultado operacional contratando operações de Derivativos com intuito de proteger o Fluxo de caixa altamente provável das despesas denominadas em Reais, e designando estas como “Hedge accounting de Fluxo de caixa”, uma vez que somente deverá afetar o resultado no momento em que as despesas forem reconhecidas.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia possuía ativos e passivos denominados por moeda nos montantes descritos a seguir:

	sem efeito das operações de derivativos		com efeito das operações de derivativos	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Empréstimos e financiamentos:				
Real	2.227.646	1.546.844	2.227.646	1.546.844
Dólar	4.215.306	3.414.313	4.215.306	3.414.313
Euro	219.070	179.396	219.070	179.396
	<u>6.662.022</u>	<u>5.140.553</u>	<u>6.662.022</u>	<u>5.140.553</u>
Fornecedores:				
Real	304.578	197.239	304.578	197.239
Dólar	2.045.550	1.910.410	2.045.550	1.910.410
Euro	252.956	259.109	252.956	259.109
Outras moedas	1.510	7.691	1.510	7.691
	<u>2.604.594</u>	<u>2.374.449</u>	<u>2.604.594</u>	<u>2.374.449</u>
Total (1)	<u>9.266.616</u>	<u>7.515.002</u>	<u>9.266.616</u>	<u>7.515.002</u>
Caixa, equivalentes de caixas e investimentos financeiros:				
Real	3.698.211	2.974.512	3.698.211	2.974.512
Dólar	2.687.598	3.137.366	2.687.598	3.137.366
Euro	29.341	50.199	29.341	50.199
Outras moedas	144.294	90.312	144.294	90.312
	<u>6.559.444</u>	<u>6.252.389</u>	<u>6.559.444</u>	<u>6.252.389</u>
Contas a Receber:				
Real	206.824	101.033	206.824	101.033
Dólar	1.349.287	913.941	1.349.287	913.941
Euro	310.370	338.092	310.370	338.092
Outras moedas	2.717	2.412	2.717	2.412
	<u>1.869.198</u>	<u>1.355.478</u>	<u>1.869.198</u>	<u>1.355.478</u>
Total (2)	<u>8.428.642</u>	<u>7.607.867</u>	<u>8.428.642</u>	<u>7.607.867</u>
Exposição líquida (1 - 2):				
Real	(1.372.811)	(1.331.462)	(1.372.811)	(1.331.462)
Dólar	2.223.971	1.273.416	2.223.971	1.273.416
Euro	132.315	50.214	132.315	50.214
Outras moedas	(145.501)	(85.033)	(145.501)	(85.033)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia possui outros ativos e passivos que também estão sujeitos à variação cambial e não foram incluídos na nota acima, porém são utilizados para minimizar a exposição nas moedas apresentadas.

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é o risco da contraparte não honrar, parcialmente ou integralmente, com a operação negociada. Tal risco é verificado em negociações de ativos financeiros (investimentos financeiros) ou então em uma venda a um cliente (contas a receber).

Os riscos de crédito de investimentos financeiros são avaliados pela Companhia em conformidade com a sua Política de Gestão Financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado diariamente com objetivo de minimizar a concentração de riscos mitigando assim prejuízos financeiros numa eventual falência de contraparte.

Para mitigar o risco de crédito de clientes é efetuada constantemente a análise de crédito dos clientes em conformidade com a Política de Gestão Financeira.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia possuía a seguinte classificação quanto ao risco da contraparte dos instrumentos financeiros (inclusive caixa) e demais ativos financeiros mantidos pela companhia.

a) Risco de crédito para contraparte com avaliação externa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Caixa e equivalentes de caixa	3.594.659	3.318.238	4.550.200	3.944.323
Investimentos financeiros	1.269.973	1.509.059	2.009.244	2.308.066
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	47.535	71.415
	4.864.632	4.827.297	6.606.979	6.323.804
Contraparte com avaliação externa:				
AAA	3.553.790	2.726.117	4.247.527	3.149.855
AA	53.028	289.157	130.100	289.157
A	23.830	70.981	159.269	269.786
BBB	1.233.225	1.741.042	2.069.324	2.535.679
N/D (*)	759	-	759	79.327
	4.864.632	4.827.297	6.606.979	6.323.804

b) Risco de crédito para contraparte sem avaliação externa

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Contas a receber vinculadas	-	-	1.130.598	997.804
Contas a receber de clientes, líquidas	443.243	297.598	1.869.198	1.355.478
Financiamento a clientes	113.525	117.069	182.260	172.623
Contas a receber de sociedades controladas	2.652.871	2.162.750	-	-
	3.209.639	2.577.417	3.182.056	2.525.905
Contraparte sem avaliação externa:				
Grupo 1	4.573	23.354	4.533	22.733
Grupo 2	57.000	42.509	240.358	186.276
Grupo 3	3.148.066	2.511.554	2.937.165	2.316.896
	3.209.639	2.577.417	3.182.056	2.525.905

Grupo 1 : Novos clientes (menos de um ano)

Grupo 2 : Clientes (mais de um ano) inadimplentes

Grupo 3 : Clientes (mais de um ano) adimplentes

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em reais e em dólares, são estabelecidas projeções baseadas em contratos e premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitorada diariamente pela Companhia. Com estas medidas, possíveis descasamentos são detectados com antecedência permitindo que a Companhia adote medidas de mitigação, sempre buscando diminuir o risco e o custo financeiro.

A tabela abaixo demonstra a posição do valor de principal e juros (quando aplicáveis) na data do respectivo vencimento em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

	Fluxo de Caixa	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2014					
Empréstimos e financiamentos	8.712.179	518.092	2.865.992	851.464	4.476.632
Fornecedores	2.604.594	2.604.594	-	-	-
Dívida com e sem direito de regresso	1.062.349	27.297	873.397	85.164	76.491
Garantias financeiras	632.178	78.371	111.703	39.366	402.738
Outros passivos	1.025.669	227.454	314.385	295.842	187.988
Obrigações com arrendamento financeiro	694	421	273	-	-
Total	14.037.663	3.456.229	4.165.750	1.271.836	5.143.849
Em 31 de dezembro de 2013					
Empréstimos e financiamentos	7.036.789	413.766	2.734.756	428.471	3.459.795
Fornecedores	2.374.449	2.374.449	-	-	-
Dívida com e sem direito de regresso	937.530	28.353	743.201	64.364	101.612
Garantias financeiras	687.595	82.251	61.337	54.429	489.578
Outros passivos	832.103	45.318	247.519	350.826	188.440
Obrigações com arrendamento financeiro	1.930	1.169	761	-	-
Total	11.870.396	2.945.306	3.787.574	898.090	4.239.425

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**ITEM 5.2 – Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:**

A Embraer estabelece políticas e procedimentos para administrar os riscos de taxas de juros e de câmbio. Estes procedimentos incluem o monitoramento dos níveis de risco de mercado e englobam a análise dos fluxos de caixa previstos, possíveis descasamentos entre ativos e passivos indexados a taxas de juros fixas e variáveis, bem como ativos e passivos indexados a moedas diferentes da moeda funcional. No âmbito da política de gestão financeira aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia pode vir a fazer uso de instrumentos financeiros derivativos para diminuir os efeitos das flutuações de taxas de juros e câmbio sobre as operações.

a. Riscos para os quais se busca proteção

A Embraer poderá buscar proteção para qualquer risco de mercado ao qual a empresa esteja exposta, desde que a análise de custo x benefício justifique a contratação da proteção.

b. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Primordialmente, a Companhia busca minimizar as exposições através do balanceamento entre ativos e passivos expostos aos riscos de taxa de juros e câmbio. Não obstante, quando tal gerenciamento não é suficiente para a proteção dos riscos a Companhia pode administrá-los por meio da utilização de instrumentos derivativos, sendo vedada a utilização desse tipo de instrumento para fins especulativos.

c. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger suas operações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio e de juros. No ano de 2014, foram utilizados os seguintes instrumentos financeiros derivativos para proteção patrimonial (*hedge*):

- Swap de juros;
- Non-deliverable Forward (NDF); e
- Opções de compra e opções de venda.

d. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Aplicações financeiras – Como política de gerenciamento do risco de flutuação nas taxas de juros relativamente às aplicações financeiras, a Companhia mantém um sistema de mensuração de risco de mercado, utilizando o método “Value-At-Risk – VAR”, que compreende uma análise conjunta da variedade de fatores de risco que podem afetar a rentabilidade dessas aplicações. As receitas financeiras apuradas no período já refletem o efeito de marcação a mercado dos ativos que compõe as carteiras de investimento no Brasil e no Exterior.

Empréstimos e Financiamentos – A Companhia tem pactuado contratos de derivativos para fazer proteção contra o risco de flutuação nas taxas de juros em algumas operações e, além disso, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A política de proteção de riscos cambiais adotada pela empresa está substancialmente baseada na busca pela manutenção de ativos e passivos indexados em cada moeda

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

equilibrados e na gestão diária das operações de compra e venda de moeda estrangeira visando assegurar que, na realização das transações contratadas, esse hedge natural efetivamente se materialize.

A valorização do real frente ao dólar norte-americano pode eventualmente acarretar ganho nas operações derivativas, ganho esse que pode ser compensado com uma redução na margem operacional, uma vez que aproximadamente 23% das despesas da Companhia são realizadas em reais.

e. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos derivativos com outro propósito que não seja o de hedge.

Direitos e obrigações denominadas em moedas diferentes da moeda funcional podem originar operações com instrumentos derivativos, como por exemplo, swaps e Non-Deliverable Forward ("NDF") para equalização da parcela denominada em Reais das despesas e obrigações da Companhia. Tais operações têm o propósito exclusivo de proteção dos riscos patrimoniais e de fluxo de caixa identificados não tendo nenhuma característica de alavancagem ou especulação.

f. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Visando proporcionar o fortalecimento de gestão de riscos empresariais da Embraer, a área de Riscos e Controles Internos fomenta, apoia e alinha, à luz da Política de Gestão de Riscos e a metodologia COSO ERM, juntamente com as áreas de negócios, análises periódicas dos riscos que refletem de maneira estruturada as visões empresariais dos executivos em relação aos principais aspectos de gestão e riscos envolvidos nas operações, áreas, processos de negócio e características da Embraer, obtidas com base em entrevistas realizadas com a alta administração, revisões periódicas dos riscos, questionários, reuniões de acompanhamento de Plano de Ação, bem como o endereçamento de ações, validações e avaliações efetuadas pela Alta Administração, sendo reportados ao Conselho de Administração e Comitê de Auditoria e Riscos.

Os riscos internos ou externos, relacionados aos objetivos estratégicos da Embraer, são mapeados e monitorados pelos Executivos para assegurar que quaisquer materializações que possam vir a ocorrer sejam conhecidas e geridas em um nível aceitável.

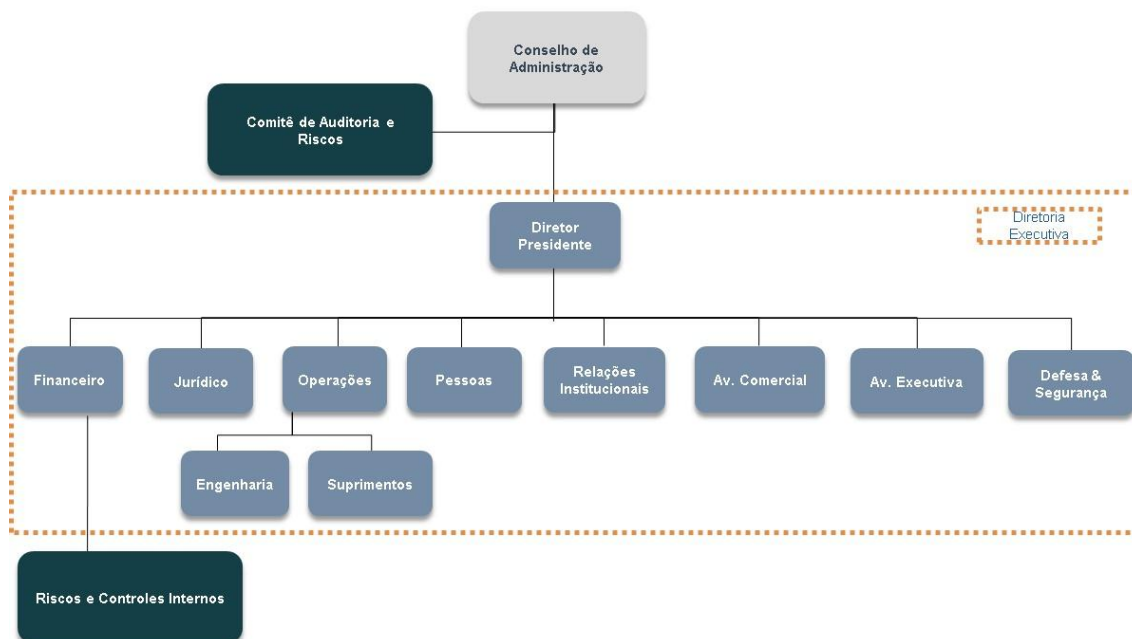
Todos os riscos empresariais possuem seus Risk Owner, que reportam e discutem quanto à evolução de cada risco, dos planos de ações de mitigação e indicadores de monitoramento dos riscos.

Para garantir o acompanhamento dos riscos empresariais e o atendimento dos objetivos Estratégicos, Táticos e Operacionais, conforme o Planejamento Estratégico, as áreas estabelecem Planos de Ação, com horizonte de dois anos, revisado anualmente, considerando dentre outros aspectos, os riscos associados aos respectivos negócios da Embraer. Os Planos de Ação das áreas estão atrelados ao Plano de Ação do Diretor Presidente, sendo monitorados pela área de Riscos e Controles Internos.

O organograma abaixo indica a estrutura organizacional adotada para o controle de gerenciamento de riscos, assim como a hierarquia de cada órgão:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Estrutura Organizacional de Riscos



A partir da estrutura acima, os órgãos assumem as seguintes responsabilidades:

Órgão	Responsabilidades
Riscos e Controles Internos	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e definir os padrões referentes aos processos de gestão integrada de riscos; • Apoiar e garantir a identificação e o monitoramento dos riscos e seus respectivos planos de ação; • Realizar a consolidação dos riscos e controles internos; • Reportar periódica e formalmente ao Comitê de Auditoria e Riscos (CAR), Conselho de Administração (CA) e Diretorias Executivas [RD], quando solicitado. • Disseminar a cultura de gerenciamento de riscos e controles internos para a Companhia.
Diretorias Executivas	<ul style="list-style-type: none"> • Patrocinar a implantação da gestão de riscos em suas respectivas áreas; • Aprovar normas, grau de apetite a riscos específicos em suas respectivas áreas. • Gerenciar os riscos inerentes as suas atividades (identificar, avaliar e tratar) • Informar a área de Gestão de Riscos e Controles Internos novos riscos ou eventos que sejam relevantes e suas respectivas evoluções.
CEO (Diretor Presidente) e CFO (Vice Presidente Executivo Financeiro e de Relações com Investidores)	<ul style="list-style-type: none"> • Aprova os documentos-chave (exemplo: Política de Gestão de Riscos); • Acompanha os indicadores de riscos; • Avalia os relatórios e resultados e provê os direcionamentos apropriados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Órgão	Responsabilidades
CAR - Comitê de Auditoria e Riscos	<ul style="list-style-type: none"> Acompanhar e avaliar os riscos empresariais, de natureza operacional, mercadológica, de imagem, de governança corporativa, financeira ou legal dos mercados administrados pela Companhia, por meio do diagnóstico das fontes de risco das atividades da Companhia; Avaliar a adequação dos modelos de aferição dos riscos citados no item acima, bem como dos testes de aderência e validação dos modelos utilizados; Analisar e opinar sobre as diretrizes e políticas da gestão de risco, principalmente na estimativa do impacto financeiro das perdas inesperadas em situação normal e de estresse; Analisar e opinar sobre as informações gerenciais e contábeis divulgadas ao público e órgãos reguladores no que tange ao perfil e controle de risco da Companhia; e Avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos da organização. O Comitê também exercerá as funções de (i) Comitê de Auditoria (Audit Committee) para os fins da legislação norte-americana, especialmente o "Sarbanes-Oxley Act", e (ii) Comitê de Auditoria Estatutário, nos termos da Instrução da CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011. Avaliar e monitorar as exposições de riscos da Companhia, podendo, inclusive, requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos.
CA - Conselho de Administração	<ul style="list-style-type: none"> Identificação, supervisão e acompanhamento dos riscos a que a Companhia estiver exposta, sejam de natureza financeira, legal, fiscal, operacional, comercial ou outras. Em decorrência, aprovar a Política de Gestão de Riscos da Companhia e revisá-la sempre que necessário, acompanhar sua implementação e assegurar a existência de plano de administração de crises que permita à Companhia ultrapassá-las de forma segura.

g. Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Em vista das melhores práticas de mercado e benchmarking realizados, acreditamos que a estrutura operacional de gestão de riscos da Embraer e seus controles internos encontram-se em um nível adequado para garantir a efetividade de sua Política de Gestão de Riscos e os objetivos estratégicos da Companhia..

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

ITEM 5.3 – Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 não houve alterações nos principais Riscos em que a Companhia está inserida, seguindo a política de gestão.

Os quadros abaixo demonstram os valores expostos aos riscos de taxa de câmbio e juros para os Balanços encerrados em 31 de dezembro de 2014.

a) Risco Cambial

Valores em milhares de Reais

	Fator de Risco	2014
Ativos		4.463.264
Caixa, equivalentes de caixa e investimentos financeiros	BRL	3.698.211
Demais Ativos	BRL	765.053
Passivos		4.402.192
Empréstimos e financiamentos	BRL	2.227.646
Demais Passivos	BRL	2.174.546
Exposição Líquida	BRL	61.072

b) Risco de Taxa de Juros

Valores em milhares de Reais

	Fator de Risco	2014
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	CDI	3.681.678
Empréstimos e financiamentos	CDI	309
Exposição Líquida	CDI	3.681.369
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	LIBOR	610.060
Empréstimos e financiamentos	LIBOR	470.148
Exposição Líquida	LIBOR	139.912
Equivalentes de caixa e investimentos financeiros	TJLP	-
Empréstimos e financiamentos	TJLP	116.842
Exposição Líquida	TJLP	(116.842)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

ITEM 5.4 – Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações já foram divulgadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ITEM 10.1 – Os diretores devem comentar sobre

As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho. Os valores constantes nesta seção 10.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Os Diretores acreditam que a Companhia vem mantendo uma liquidez satisfatória, refletido no capital de giro em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 8.653 milhões), 31 de dezembro de 2013 (R\$ 6.735 milhões) e 31 de dezembro de 2012 (R\$ 4.362 milhões) que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo.

Os Diretores acreditam que a saúde financeira é suficiente para atender as obrigações com terceiros, incluindo o pagamento da dívida, conforme liquidez corrente de 2,28 (Ativo Circulante/Passivo Circulante) em 31 de dezembro de 2014, 1,99 em 31 de dezembro de 2013 e 1,82 em 31 de dezembro de 2012. Adicionalmente, a estrutura de capital em 31 de dezembro de 2014 era composta de 61% de capital próprio e 39% de capital de terceiros, em 31 de dezembro de 2013 era composta de 62% de capital próprio e 38% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2012 era composta de 62% de capital próprio e 38% capital de terceiros, considerando-se um índice de alavancagem adequado. A Companhia possui amplo acesso a fontes de financiamento, suportado por uma classificação de risco BBB pela S&P desde 2013, e Baa3 pela Moody's desde 2005, ambos com perspectiva estável e com título de grau de investimento. Considerando o perfil da dívida em 2014, o prazo médio de endividamento era de 5,4 anos em 2014, 6,2 anos em 2013 e 5,8 anos em 2012, estando em linha com o ciclo de negócio e desenvolvimento de novos produtos da Embraer.

A Diretoria entende que a Companhia vem apresentando, nos últimos três exercícios sociais, condições financeiras e patrimoniais suficientes para conduzir os investimentos em novos produtos e serviços e cumprir as obrigações de curto e médio prazo.

A Diretoria considera que os recursos de caixa, que totalizaram, em 31 de dezembro de 2014, R\$ 6.438 milhões, em 31 de dezembro de 2013 R\$ 6.146 milhões, e em 31 de dezembro de 2012 R\$ 4.854 milhões, vem se mantendo suficientes para atender o financiamento das atividades operacionais e cobrir a necessidade de recursos, no mínimo, para um horizonte de 12 meses.

A posição de liquidez da Empresa verificada tanto pelo disponível, quanto pelo caixa líquido (disponibilidades menos endividamento total), diminuiu em relação a 2013. Ao final do exercício de 2014 o caixa líquido teve uma redução de 122%, atingindo R\$ 224,2 milhões negativo. Esta variação se deu principalmente pelo uso livre de caixa, alinhado a um aumento no total de financiamento da empresa. Em 2013 o caixa líquido atingiu o montante de R\$ 1.006 milhões, aumento de 59% em relação ao exercício de 2012, que é explicado pelo maior volume de entrega de aeronaves, com consequente diminuição dos estoques e forte geração livre de caixa ocorrida em 2013.

A Embraer encerrou o ano de 2014 com um endividamento total de R\$ 6.622,0 milhões, 30% maior do que os R\$ 5.140,6 milhões do exercício de 2013 e 58% maior do que o endividamento ao final do ano 2012 que foi de R\$ 4.222,8 milhões. Do endividamento total verificado em 2014, 96% referem-se a linhas de longo prazo. O

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

endividamento é composto de R\$ 4.215,3 milhões (63%) em linhas de crédito denominadas em dólares, R\$ 219,1 milhões (3%) denominados em euros e o restante R\$ 2.227,6 milhões (34%) é denominado em reais, sendo que o prazo médio de endividamento é de 5,4 anos. Ao final de 2013, 96% da dívida referiam-se ao longo prazo; do total da dívida, R\$ 3.414 milhões (66%) eram denominadas em dólar, R\$ 1.547 milhões (30%) eram denominados em Real e R\$ 179 milhões (4%) eram denominados em Euro. Ao final de 2012 84% da dívida referiam-se ao longo prazo; do total da dívida, R\$ 3.047 milhões (72%) eram denominadas em dólar, R\$ 1.033 milhões (25%) eram denominados em Real e R\$ 142 milhões (3%) eram denominados em Euro.

A posição de estoque encerrou o ano em R\$ 6.388,9 milhões, 19,2% acima do valor correspondente a 31 de dezembro de 2013, que foi de R\$ 5.358,3 milhões, e 44,9% acima do valor correspondente a 31 de dezembro de 2012, que foi de R\$ 4.407,7 milhões. O valor total dos estoques na moeda funcional da Companhia apresentou um acréscimo de 5,2%, sendo que a valorização do Dólar ao final do ano foi de aproximadamente 13,39%. Em 2012, a posição de estoque encerrou o ano em R\$ 4.407,7 milhões.

Indicadores Patrimoniais

A seguir, são apresentados os principais indicadores patrimoniais da Embraer, comparados aos últimos três anos:

Destaques Consolidados			
Valores em R\$ milhões	2014	2013	2012
Disponível(*)	6.437,8	6.146,1	4.853,9
Contas a Receber de clientes, líquida	1.869,0	1.355,5	1.094,3
Financiamentos a Clientes	182,0	172,6	224,0
Estoques	6.388,9	5.358,3	4.407,7
Ativo permanente (**)	8.731,1	7.267,8	5.519,0
Fornecedores	2.604,6	2.374,4	1.550,4
Endividamento - Curto Prazo	238,1	185,9	687,1
Endividamento - Longo Prazo	6.423,9	4.954,7	3.535,7
Patrimônio Líquido	10.265,5	8.509,0	6.846,5

(*) Inclui Caixa e equivalentes de caixa e Instrumentos financeiros ativos de curto prazo

(**) Inclui Imobilizado, Intangível e Investimentos

Indicadores Consolidados			
* valores em R\$ milhões	2014	2013	2012
Dívida / Patrimônio Líquido*	0,6	0,6	0,6
Giro dos Estoques*	1,9	2,0	2,1
Giro dos Ativos*	0,5	0,6	0,6
ROA	2,9%	3,3%	3,6%
ROE	7,8%	9,1%	10,2%
ROCE (US\$)	11,6%	14,7%	13,3%

Nota: ROA – significa o retorno sobre os ativos (*Return on Assets*), calculado a partir do Lucro líquido / Ativo total.

ROE – significa o retorno sobre o capital próprio da Companhia (*Return on Equity*), calculado a partir do Lucro líquido / Patrimônio Líquido.

ROCE – significa o retorno sobre o capital empregado (*Return on Capital*)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Employed), calculado a partir do NOPAT / Capital empregado com itens não monetários médio do período.

b. Estrutura de Capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2013, a posição de caixa e equivalentes de caixa superava o endividamento financeiro em R\$ 631,2 milhões e R\$ 1.005,5, respectivamente, resultando em termos líquidos, em uma estrutura de capital sem alavancagem. Em 2014 o endividamento financeiro foi superior à posição de caixa em R\$ 224,2 milhões.

Abaixo segue tabela apresentando a relação entre nosso passivo exigível, circulante e não circulante, em relação ao patrimônio líquido, para os três últimos exercícios sociais:

[Consolidado] (Em R\$ [milhões], exceto percentuais)	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Patrimônio Líquido (Capital Próprio)	10.265,5	8.509,0	6.846,5
Passivo Circulante + Passivo Não Circulante (Capital de Terceiros)	6.662,0	5.140,6	4.222,8
Passivo Total (Capital de Terceiros + Patrimônio Líquido)	16.927,5	13.649,6	11.069,3
Capital de Terceiros / Passivo Total	39,4%	37,7%	38,1%
Patrimônio Líquido / Passivo Total	60,6%	62,3%	61,9%

i. Hipóteses de resgate

Não há hipótese de resgate de ações além das previstas em lei.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Conforme referido no item "i" acima, tendo em vista que não há hipótese de resgate de ações além das previstas em lei, as fórmulas de cálculo do valor de eventuais resgates seguirão também o disposto na legislação aplicável.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Embraer mantém capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros, apresentando uma sólida posição de caixa. Em 31 de dezembro de 2014 o caixa total atingiu a cifra de R\$ 6.437,8 milhões. No conceito líquido (caixa total menos endividamento financeiro) a empresa apresentou um saldo negativo de R\$ 224,2 milhões em dezembro de 2014.

A geração operacional medida pelo EBITDA – lucro antes das despesas de juros, impostos, depreciação e amortizações na sigla em inglês, apresentou em 2014 um resultado de R\$ 1.980,7 milhões, resultando uma relação dívida financeira total\EBITDA de 3,36.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

valores em R\$ milhões	2014	2013	2012
Caixa (Endividamento) Líquido	(224,2)	1.005,6	631,2
EBITDA	1.980,7	2.239,1	1.762,7
Endividamento Financeiro	6.662,0	5.140,6	4.222,8
Patrimônio Líquido	10.265,5	8.509,0	6.846,5
Despesas Financeiras *	453,4	571,8	275,4
Endividamento Financeiro / EBITDA	3,36	2,30	2,40
EBITDA / Despesas Financeiras	4,37	3,92	6,40
Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	0,65	0,60	0,62

* excluído o IOF sobre operações financeiras

Quadro resumo da situação patrimonial em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014.

valores em R\$ milhões	2014¹	2013¹	2012¹
Ativo circulante	15.434,4	13.511,9	10.950,6
Realizável a longo prazo	3.488,1	2.980,6	2.904,5
Investimentos	1,1	-	7,3
Imobilizado	5.381,0	4.669,6	3.552,5
Intangível	3.349,1	2.598,2	1.959,3
Total do Ativo	27.653,6	23.760,3	19.374,2
Passivo circulante	6.781,1	6.776,7	5.698,4
Exigível a longo prazo	10.607,1	8.474,6	6.829,3
Participação dos não controladores	265,5	231,8	187,8
Patrimônio líquido	10.000,0	8.277,3	6.658,7
Total do Passivo	27.653,6	23.760,3	19.374,2

¹ extraído das demonstrações financeiras auditadas

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os investimentos em ativos não circulantes consistem principalmente em gastos em pesquisa e desenvolvimento associados ao desenvolvimento de aeronaves para os mercados de aviação comercial e executiva e investimentos na capacidade industrial no Brasil e no exterior. Geralmente, tais investimentos são suportados com recursos gerados nas operações, empréstimos e financiamentos, principalmente dos órgãos de financiamento públicos BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, contribuições em dinheiro de parceiros de risco, adiantamentos de clientes e, em nível menor, aumentos de capital para atender a essas necessidades.

Abaixo o destaque das principais fontes de financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes:

Em 2014, foram desembolsados R\$ 555,8 milhões e R\$ 127,6 milhões respectivamente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social e pela Financiadora de Estudos e Projetos referente a contratos celebrados no ano de 2013.

Em 2013, a Embraer contratou operações na modalidade de Nota de Crédito à Exportação com objetivo de aplicar na produção de bens para exportação no montante de R\$ 712 milhões. A empresa contratou linha de financiamento do Programa BNDES

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

de Sustentação do Investimento – BNDES PSI – Subprograma Exportação de Pré-embarque com objetivo de aplicar nas atividades de produção destinadas à exportação no montante de R\$ 200 milhões.

Em 2012, a Embraer captou recursos por meio de oferta de bônus garantidos no exterior (guaranteed notes) com vencimento em 15 de junho de 2022, no montante de US\$ 500 milhões com destinação para investimento em capital de giro.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste relatório, acredita-se que as fontes de financiamento tradicionais serão suficientes para atender às necessidades de capital para manutenção dos investimentos e capital de giro, incluindo (1) continuar melhorando a família de jatos EMBRAER 170/190, jatos do E-2, os jatos executivos Phenom 100, 300 e Lineage 1000, (2) desenvolver os novos jatos executivos Legacy 450/500, (3) efetuar outros gastos de capital previstos. Até o momento, o acesso a fontes de liquidez não sofreu impacto significativo do ambiente atual de crédito e não se espera que esse tipo de impacto ocorra em futuro próximo.

Se vier a se concretizar uma situação inesperada de deficiência de liquidez, a Companhia acredita que poderá recorrer aos seus financiamentos já contratados e a captações adicionais, inclusive de longo prazo, no mercado nacional ou internacional, para suprir tais deficiências.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

Ao final de 2014 o endividamento financeiro total somava R\$ 6.622,0 milhões (R\$ 5.140,6 milhões em 2013) dos quais 96% eram dívidas de longo prazo (96% em 2013). O custo médio ponderado da dívida denominada em Dólares diminuiu de 5,81% a.a. em 2013 para 5,56% a.a. em 2014 enquanto que o custo da dívida denominada em Reais diminuiu de 6,17% a.a. para 6,00% a.a. respectivamente em 2013 e 2014.

Perfil de vencimento do endividamento

Ano	Valor em R\$	%
2015	238,2	3,6%
2016	1.094,9	16,4%
2017	1.212,3	18,2%
2018	249,5	3,7%
2019	189,6	2,8%
Após 2019	3.677,5	55,2%
Total	6.662,0	100,0%

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em outubro de 2006, a subsidiária integral, Embraer Overseas, emitiu US\$ 400 milhões de notas garantidas com juros de 6,375% a.a. e vencimento em janeiro de 2017. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor era de R\$ 643,4 milhões incluindo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

principal e juros acumulados. Atualmente, 95% dessas notas estão registradas na SEC – Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos e, os 5,0 % remanescentes, estão listadas na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

Em outubro de 2009, a Embraer Overseas emitiu US\$ 500 milhões de notas garantidas com juros de 6,375% a.a. e vencimento em janeiro de 2020. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor era de R\$ 429,3 milhões, incluindo principal e juros acumulados. Estas notas foram listadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

As duas emissões de notas garantidas têm juros pagos semestralmente e são incondicionalmente garantidas pela Embraer.

Em 31 de março de 2011, a Embraer S.A. assinou contratos de Financiamento com o BNDES e com a FINEP em Reais, classificado como Desenvolvimento de Projetos, cujo prazo de vencimento será em abril de 2018. Em 31 de dezembro de 2014 o montante liberado foi de R\$ 540,5 milhões e o saldo devedor de principal mais juros em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 360,5 milhões.

Em 15 de Junho de 2012, a Embraer S.A. captou recursos por meio de oferta de bônus garantidos (*guaranteed notes*) com vencimento em 15 de junho de 2022, por meio de uma oferta no exterior, no montante de US\$ 500 milhões a uma taxa de 5,15% ao ano. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.324,3 milhões.

Entre os meses de agosto e setembro de 2013 a Embraer S.A. por meio de sua subsidiária Embraer Overseas Limited efetuou a oferta de permuta para os atuais títulos com vencimento em 2017 e 2020 para “Notas Novas” com vencimento para 2023. Para os títulos de 2017 a Oferta de Permuta resultou em US\$ 146,4 milhões do valor principal total das Notas vigentes e US\$ 337,2 milhões do valor principal total das Notas de 2020, representando aproximadamente 54,95% de Notas permutadas. O total da “Oferta de Permuta” considerando os efeitos do preço de permuta nas negociações e emissão total das Notas Novas fechou em aproximadamente US\$ 540,5 milhões em valor principal a uma taxa de 5,696% e com vencimento final para 16 de setembro de 2023. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 1.307,0 milhões.

Em dezembro de 2013, a Embraer S.A. assinou um contrato junto ao BNDES para utilização em Desenvolvimento de Projetos no montante de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão equivalente a US\$ 531,5 milhões. Em 31 de dezembro de 2014 o montante liberado foi R\$ 555,8 milhões. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 558,0 milhões.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Do total do endividamento, R\$ 6.622,2 milhões, 8,5% correspondem a dívidas com garantias. Esses 8,5% representavam em 31 de dezembro de 2014 o montante total de R\$ 565,1 milhões e são relativos principalmente com as linhas de financiamento de longo prazo junto a FINEP e BNDES. As garantias constituídas compreendem uma combinação de hipoteca de imóveis, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos e fiança bancária que totalizam R\$ 1.226,8 milhões de garantias.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Todas as demais linhas de crédito e financiamentos são dívidas sem garantias reais e concorrem pari passu com os outros débitos da companhia.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário

Alguns dos contratos de financiamento de longo prazo incluem obrigações e restrições usuais de mercado, incluindo limites para alavancagem financeira, calculado como dívida líquida total sobre EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de 3,5: 1; manutenção de capacidade de cobertura do serviço da dívida, calculada como EBITDA sobre despesas financeiras líquidas de 2,25:1. Além disso, incluem também restrições para a concessão de garantias reais, mudanças significativas no controle acionário, disposição ou venda material de ativos, pagamentos de dividendos acima do mínimo exigido por lei em situações de inadimplência, bem como restrições à realização de transações com subsidiárias e afiliadas fora dos padrões normais de mercado.

Na data deste relatório a Empresa está totalmente adimplente com tais cláusulas restritivas.

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A linha contratada em dezembro de 2013 junto ao BNDES será desembolsada mediante ao andamento das etapas em relação aos Desenvolvimentos dos Projetos. O montante desembolsado durante o ano de 2014 foi de R\$ 555,8 milhões, restando ainda R\$ 855,6 milhões a serem liberados

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Não houve alterações significativas nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

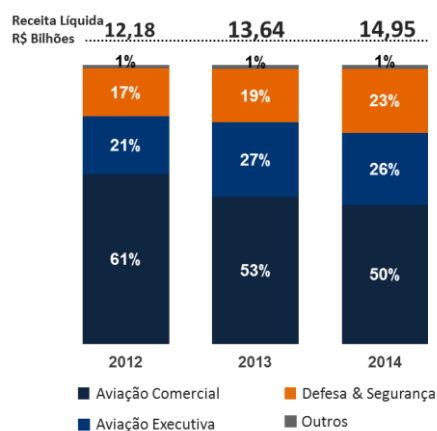
ITEM 10.2 – Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

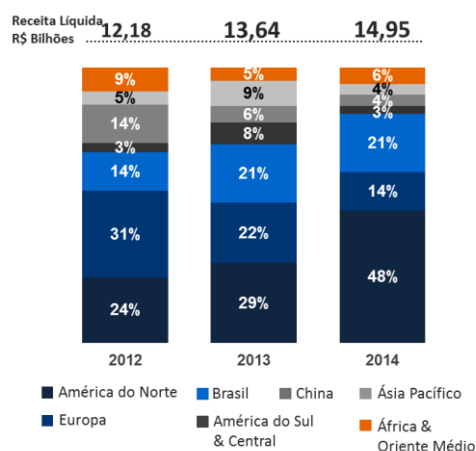
i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os principais componentes que afetam a receita da Companhia são (1) volume de entregas de aeronaves comerciais e executivas; (2) *mix* de entregas entre jatos pequenos e grandes da aviação comercial e aviação executiva, onde os jatos grandes normalmente possuem preços mais altos do que os pequenos, (3) variação cambial, tendo o dólar norte-americano como a moeda funcional da Companhia; (4) receitas de serviços, onde se enquadram serviços de manutenção, fornecimento de peças, treinamento, etc, os quais também tem uma contribuição importante sobre a receita da Companhia; (5) a entrada de novos produtos em serviço também é um componente importante da receita, com destaque para o Legacy 500, jato executivo de categoria média, cujas entregas iniciaram no quarto trimestre de 2014.

Os gráficos abaixo demonstram a receita total da Companhia dividida por unidade de negócio e por região geográfica. É possível notar que o segmento de Aviação Comercial corresponde por boa parte da receita da Companhia, seguido da Aviação Executiva, Defesa & Segurança e Outros. Sob o ponto de vista geográfico, a participação da receita na América do Norte vem subindo nos últimos três anos, principalmente em 2014, por conta do aumento do volume de entregas dos jatos comerciais E175.



Receita por Segmento



Receita por Região

ii. Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS E MARGEM BRUTA

O custo dos produtos e serviços vendidos aumentou 13,6% e chegou a R\$ 11.977,2 milhões em 2014, de R\$ 10.540,0 milhões em 2013. O incremento de 13,6% foi mais elevado do que o crescimento de receita de 9,5% em 2014, causando assim um aumento no custo dos produtos e serviços vendidos como porcentagem de receita, de 77,3% em 2013 para 80,2% em 2014. Este aumento no custo dos produtos e serviços

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

vendidos como porcentagem da receita é em grande parte devido a uma composição menos favorável das entregas nos segmentos de Aviação Comercial e Jatos Executivos, acrescidos da inflação nos custos de mão de obra direta, parcialmente compensado pelos esforços contínuos para melhorar a produtividade e a eficiência, a desvalorização do real em relação ao dólar, e pacotes de estímulo implementados no Brasil.

A margem bruta consolidada da empresa diminuiu de 22,7% em 2013 para 19,8% em 2014.

Custo dos produtos e serviços vendidos e lucro bruto da Aviação Comercial: O custo dos produtos e serviços vendidos no segmento da Aviação Comercial aumentou 9,0% de R\$ 5.511,5 milhões em 2013 para R\$ 6.007,7 milhões em 2014. O aumento de custo dos produtos e serviços vendidos comparados ao aumento de receita do ano de 4,0% se deve a uma composição de produtos e serviços menos favorável, dado que as entregas dos modelos menores da aeronave E-Jet como proporção do total de entregas foram mais elevados em 2014 comparado a 2013. A margem bruta no segmento de Aviação Comercial diminuiu de 23,3% em 2013 para 19,6% em 2014.

Custo dos produtos e serviços vendidos e lucro bruto de Jatos Executivos: O custo dos produtos e serviços vendidos no segmento de Jatos Executivos aumentou 10,2% de R\$ 2.853,7 milhões em 2014 para R\$ 3.143,8 milhões em 2013. O custo dos produtos e serviços vendidos aumentou mais do que a receita neste segmento em 2014 devido ao declínio do total de entregas durante o ano bem como uma composição menos favorável, dado que os jatos leves compuseram 79,3% do total de entregas em 2014 comparado com 75,6% em 2013. A margem bruta no segmento de Jatos Executivos diminuiu de 22,0% em 2013 para 18,3% em 2014.

Custo dos produtos e serviços vendidos e lucro bruto de Defesa & Segurança: O custo dos produtos e serviços vendidos no segmento de Defesa & Segurança aumentou 32,5% de R\$ 2.064,8 milhões em 2013 para R\$ 2.735,9 milhões em 2014. O aumento no custo dos produtos e serviços vendidos ficou alinhado com o aumento de 31,8% na receita em 2014. A margem bruta no segmento da Defesa & Segurança foi de 20,2% em 2014 e havia sido 20,6% em 2013.

DESPESA S ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas aumentaram 7,8% de R\$ 453,7 milhões em 2013 para R\$ 489,1 milhões em 2014, que foi menor do que o aumento da receita no ano, devido a iniciativas de eficiência contínuas combinadas com a desvalorização do real em relação do dólar, bem como aos pacotes de estímulos implementados no Brasil.

DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais aumentaram 1,1% de R\$ 978,8 milhões em 2013 para R\$ 989,4 milhões em 2014, que foi menor do que o aumento da receita no ano, devido às reduções de despesas nos segmentos de Aviação Comercial e Jatos Executivos, nos benefícios fiscais do governo, e na desvalorização do real em relação ao dólar.

DESPESAS DE PESQUISA

As despesas em pesquisa diminuíram 28,8%, de R\$ 158,1 milhões em 2013 para R\$ 112,6 milhões em 2014. O recuo nessas despesas pode ser explicado principalmente pelo lançamento do programa da segunda geração dos E-Jets E2, no qual os custos do programa agora são capitalizados como ativo intangível, em vez de serem

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

contabilizados como despesas com pesquisas, após a aprovação da viabilidade econômica do programa por nosso Conselho de Administração.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, passaram de uma receita de R\$ 100,6 milhões em 2013 para uma despesa de R\$ 63,7 milhões em 2014, devido principalmente à receita em 2013 relacionada a fatores não recorrentes resultantes em grande parte de reversões de provisões associadas com o processo de falência da AMR Corporation que foram originalmente contabilizadas em 2011 e revertidas após o resultado final favorável do processo de falência da AMR.

LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Como resultado dos fatores acima, nosso lucro operacional consolidado diminuiu 18,8%, de R\$ 1.605,9 milhões em 2013 para R\$ 1.303,8 milhões em 2014, principalmente em razão do aumento do custo dos produtos e serviços vendidos e outras despesas operacionais, líquidas. A margem operacional diminuiu para 8,7% em 2014 comparado com 11,8% em 2013.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012**CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS E MARGEM BRUTA**

O custo dos produtos e serviços vendidos aumentou 14,1% atingindo R\$ 10.540,0 milhões em 2013, comparado com R\$ 9.236,2 milhões em 2012. O incremento de 14,1% foi maior do que o crescimento da receita de 11,9% em 2013, causando assim um aumento no custo dos produtos e serviços vendidos como porcentagem de receita, de 75,8% em 2012 para 77,3% em 2013. Este aumento no custo dos produtos e serviços vendidos como porcentagem da receita é em grande parte devido a uma composição menos favorável de produtos e serviços, combinados com a inflação nos custos de mão de obra direta, parcialmente compensado pelos esforços contínuos para melhorar a produtividade e a eficiência, a valorização do dólar com relação ao real, e pacotes de estimulação implementados no Brasil.

A margem bruta consolidada da empresa diminuiu de 24,2% em 2012 para 22,7% em 2013.

Custo dos produtos e serviços vendidos e lucro bruto da Aviação Comercial: O custo dos produtos e serviços vendidos no segmento da Aviação Comercial diminuiu 0,1% de R\$ 5.516,0 milhões em 2012 para R\$ 5.511,5 milhões em 2013. A redução de custo dos produtos e serviços vendidos comparados à queda de receita do ano de 2,5% é devido a uma composição menos favorável de produtos e serviços, junto com uma alavancagem de custos menor na queda do volume de entregas de aeronaves comerciais em 2013. Estes impactos foram parcialmente compensados pela desvalorização do real em relação ao dólar, esforços contínuos para melhorar a produtividade e aos pacotes de estímulo implementados no Brasil. A margem bruta no segmento de Aviação Comercial diminuiu de 25,2% em 2012 para 23,3% em 2013.

Custo dos produtos e serviços vendidos e lucro bruto de Jatos Executivos: O custo dos produtos e serviços vendidos no segmento de Jatos Executivos aumentou 37,0% de R\$ 2.083,4 milhões em 2012 para R\$ 2.853,7 milhões em 2013. O custo dos produtos e serviços vendidos aumentou menos do que o crescimento de 40,6% de receita em 2013, representando uma mudança para uma combinação de produtos mais favorável, uma vez que entregamos mais aeronaves grandes e nos beneficiamos com

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a desvalorização do real em relação ao dólar, e também com os pacotes de incentivos implementados no Brasil e nossos esforços para melhorar a produtividade e eficiência. A margem bruta no segmento de Jatos Executivos aumentou de 19,9% em 2012 para 22,0% em 2013.

Custo dos produtos e serviços vendidos e lucro bruto de Defesa & Segurança: O custo dos produtos e serviços vendidos no segmento de Defesa & Segurança aumentou 33,6% de R\$ 1.545,8 milhões em 2012 para R\$ 2.064,8 milhões em 2013. O aumento no custo dos produtos e serviços vendidos ficou mais alto do que o aumento de 26,3% da receita em 2013, causado principalmente por uma combinação menos favorável de receita e produtos entregues em 2013, bem como aos custos mais elevados relacionados com alguns contratos neste segmento. A margem bruta no segmento da Defesa & Segurança foi de 20,6% em 2013 e havia sido 24,9% em 2012.

DESPESA S ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas diminuíram 16,8% de R\$ 545,4 milhões em 2012 para R\$ 453,7 milhões em 2013, devido à desvalorização do real em relação ao dólar, bem como aos pacotes de estímulos implementados no Brasil.

DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais aumentaram 3,7% de R\$ 943,7 milhões em 2012 para R\$ 978,8 milhões em 2013, que foi menor do que o aumento da receita do ano por causa das reduções no segmento de Defesa & Segurança, benefícios fiscais governamentais e a desvalorização do real em relação ao dólar.

DESPESAS DE PESQUISA

As despesas em pesquisa subiram 3,8%, de R\$ 152,3 milhões em 2012 para R\$ 158,1 milhões em 2013, devido principalmente a desvalorização do real em relação ao dólar durante o ano.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, melhoraram, de uma despesa de R\$ 88,2 milhões em 2012 para uma receita de R\$ 100,6 milhões em 2013. Os gastos de 2012 foram causados principalmente pela despesa de renegociação do acordo de financiamento referente à reestruturação da Chautauqua Airlines, Inc., uma operadora aérea controlada pela Republic Airways Holdings. A alteração na receita de 2012 para 2013 deveu-se principalmente ao resultado favorável das negociações depois do pedido de falência da AMR Corporation, ou AMR, a controladora de nossa cliente American Airlines. A reversão de provisões e outros benefícios que resultaram das negociações favoráveis resultaram em um impacto positivo nessa linha no valor de R\$ 344,8 milhões durante o quarto trimestre de 2013.

LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

Como resultado dos fatores acima, nosso lucro operacional consolidado aumentou 31,9%, de R\$ 1.217,3 milhões em 2012 para R\$ 1.605,9 milhões em 2013, principalmente em razão do aumento de outras receitas operacionais, líquidas. A margem operacional aumentou para 11,8% em 2013 comparado com 10,0% em 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Dentro do âmbito das políticas públicas, podemos destacar dois programas de aumento de competitividade da indústria brasileira, Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários), que é um programa de incentivo fiscal para empresas exportadoras e o Brasil Maior (desoneração da folha de pagamento), estes dois pacotes de incentivos fiscais impactaram positivamente os resultados da Companhia nos últimos três anos, além disto, destacamos o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), que é um programa de infraestrutura do Governo Federal, onde foi incluído o desenvolvimento da aeronave cargueira KC-390 do segmento de Defesa & Segurança, que contribuiu para o crescimento da receita da Companhia nos últimos três anos.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

Entre 2014 e 2013, a Receita Consolidado apresentou alta de 9,5%, de R\$ 13.635,8 milhões para R\$ 14.935,9 milhões.

Receitas do segmento de Aviação Comercial: cresceram 4,0% em 2014 para R\$ 7.475,6 milhões comparado com R\$ 7.186,4 milhões em 2013, com um incremento das entregas de aviões comerciais de 90 em 2013 para 92 em 2014. A alta da receita foi principalmente devido à variação cambial ocorrida no período, em que a taxa média do real versus o dólar em 2014 desvalorizou 8% comparado com a média de 2013, que afetou positivamente a receita em Real. Houve crescimento da receita apesar de uma composição de entregas menos favorável no ano, resultado de uma maior proporção de entregas de jatos menores – os modelos E170 e E175 – relativo aos modelos maiores – o E190 e E195. Em 2014, 68,5% de nossas entregas no segmento de Aviação Comercial foram dos modelos E170 e E175, comparado com 31,1% das entregas em 2013. Os jatos maiores geralmente têm preços de venda mais altos do que os jatos menores.

Receitas do segmento de Jatos Executivos: subiram 5,2% em 2014 registrando R\$ 3.847,3 milhões comparado com R\$ 3.658,7 milhões em 2013, apesar de um menor número de entregas de jatos executivos no ano, com o crescimento devido à variação cambial durante o período. Durante 2014, entregamos 116 jatos executivos (92 jatos leves e 24 jatos grandes) comparado com as entregas de 119 jatos executivos (90 jatos leves e 29 jatos grandes) em 2013, uma queda de 2,5%. Além disso, a empresa teve uma composição de receita de produtos e serviços menos favorável em termos de entregas de jatos grandes em 2014 (20,7% de entregas totais do segmento em 2014, comparado a 24,4% de entregas do segmento em 2013). Os jatos grandes geralmente têm preços de venda mais altos do que os jatos leves.

Receitas do segmento de Defesa & Segurança: aumentaram 31,8% em 2014 para R\$ 3.428,8 milhões de R\$ 2.601,0 milhões em 2013. As receitas do segmento de Defesa & Segurança são reconhecidas pelo método de Percentage of Completion (POC) por meio de custo incorrido ou do avanço físico, além do reconhecimento no ato da entrega ou embarque. As entregas dos aviões Super Tucano para várias forças aéreas ao redor do mundo e os programas em andamento de modernização das caças da Força Aérea Brasileira continuaram durante o ano, motivando o crescimento das receitas do ano, devido ao bom desempenho na execução dos contratos. A variação cambial não impactou tanto as receitas do segmento de Defesa & Segurança, devido a

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

um menor percentual das receitas denominado em dólares do que nos outros segmentos.

EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

Entre 2013 e 2012, a Receita Consolidada apresentou alta de 11,9%, de R\$ 12.180,5 milhões para R\$ 13.635,8 milhões.

Receitas do segmento de Aviação Comercial: caíram 2,5% em 2013 para R\$ 7.186,4 milhões comparado com R\$ 7.371,3 milhões em 2012, principalmente devido a um menor nível de entregas de jatos comerciais no ano. O segmento entregou 90 aviões comerciais em 2013 comparado com 106 aviões em 2012, representando uma queda de 15,1%. A receita caiu menos do que as entregas em 2013 devido à variação cambial ocorrida no período, em que a taxa média do real versus o dólar em 2013 desvalorizou 10% comparado com a média de 2012, que afetou positivamente a receita em real. A composição de entregas de jatos comerciais foi menos favorável durante 2013 em comparação com 2012, com uma maior proporção de entregas de jatos menores – os modelos E190 e E175 – relativo aos modelos maiores – o E190 e E195. Em 2013, 31,1% de nossas entregas no segmento de Aviação Comercial foram os modelos E170 e E195, comparado com 19,8% das entregas em 2012.

Receitas do segmento de Jatos Executivos: subiram 40,6% em 2013 atingindo R\$ 3.658,7 milhões comparado com R\$ 2.601,9 milhões em 2012, principalmente devido a um maior número de entregas de jatos executivos no ano. Durante 2013, entregamos 119 jatos executivos (90 jatos leves e 29 jatos grandes) comparado com as entregas de 99 jatos executivos (77 jatos leves e 22 jatos grandes) em 2012, crescimento de 20,2%. Além disso, tivemos uma composição de entregas levemente melhor, com 24,4% das entregas em 2013 composto de jatos grandes comparado com 22,2% em 2012. A variação cambial também impactou a receita em 2013, com a maior parte das receitas denominadas em dólares no ano.

Receitas do segmento de Defesa & Segurança: subiram 26,3% em 2013 para R\$ 2.601,0 milhões de R\$ 2.059,5 milhões em 2012. As entregas dos aviões Super Tucano para várias forças aéreas ao redor do mundo e os programas em andamento de modernização das caças da Força Aérea Brasileira continuaram durante o ano, motivando o crescimento das receitas do ano, devido ao bom desempenho na execução dos contratos. A variação cambial não impactou tanto as receitas do segmento de Defesa & Segurança, devido a que um menor percentual das receitas denominado em dólares do que nos outros segmentos.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Considerando que a moeda funcional definida pela Companhia é o dólar norte americano, o resultado financeiro de variação cambial apresentado nas demonstrações financeiras da Companhia refere-se basicamente aos itens monetários em moedas diferentes do dólar norte americano. Como estratégia para mitigação de risco, a alocação do caixa em ativos denominados em Reais ou Dólares norte americano da Embraer é uma das principais ferramentas contra o risco da taxa de câmbio.

Tendo em vista que a Companhia faz emissões de dívidas no exterior conforme item 10.1.i e mantém caixa principalmente em dólar norte americano, a variação da taxa de

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

câmbio influencia diretamente no resultado financeiro, porém não traz risco no planejamento financeiro da empresa, dado que a moeda funcional é dólar norte americano.

A taxa de juros afeta o resultado financeiro da Embraer, visto que é uma empresa com atuação global e mantém a composição do caixa basicamente em Reais e dólares norte americano, portanto um aumento ou queda na taxa de juros locais influenciam nas receitas financeiras da Companhia. No período de 2014 o volume aplicado em Reais era de R\$ 3.681.678 mil, em 2013 o volume correspondia a R\$ 2.872.251 mil e em 2012 o volume correspondia a R\$ 1.929.349 mil, ocorrendo assim o aumento no resultado das receitas financeiras em reais. As aplicações no exterior são atreladas a uma taxa pré-fixada, considerando que as taxas de juros são relativamente baixas, e neste período não houve variação significativa no resultado financeiro.

Nos últimos três anos não houve impacto de variação de preços dos principais insumos e produtos sobre o resultado operacional e/ou financeiro da Companhia, o impacto mais significativo foi a variação sobre a mão de obra, conforme já descrito acima.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

ITEM 10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional na Companhia

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreu nenhuma aquisição ou alienação de participação societária relevante na Companhia

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais que tenham sido divulgados na forma da Instrução CVM nº 358/02. Não obstante, a Companhia apresenta a seguir, eventos e operações que de alguma forma afetaram ou poderiam afetar suas demonstrações financeiras. Estas informações constam nas demonstrações financeiras pelo fato da Companhia julgá-las importantes.

Regime Tributário de Transição (RTT)

Em linha com o Regime Tributário de Transição (RTT) de 2009, desde a aplicação das normas internacionais de contabilidade nas suas demonstrações financeiras a partir de 2008, a Companhia vem apurando seu Imposto sobre a Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro com base nas práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007.

Em novembro de 2013, foi emitida a Medida Provisória nº 627, convertida na Lei nº 12.973 em maio de 2014, alterando a legislação tributária brasileira relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP, à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, revogando o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de maio de 2009 e promovendo modificações substanciais nas regras de Tributação em Bases Universais – TBU. Esta legislação dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil e entre outros, reconhece os efeitos da aplicação das normas internacionais dando o respectivo tratamento nas apurações do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Com aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2015, a nova legislação também permitia sua aplicação antecipada a partir de janeiro de 2014, todavia, a Administração da Embraer não se valeu desta opção, assim como não espera efeitos significativos em suas Demonstrações Financeiras.

Benefícios a empregados

A Companhia e algumas de suas subsidiárias possuem um plano de benefício médico pós-emprego que provê assistência médica para os empregados aposentados. Para

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

identificar a exposição futura deste benefício e consequentemente sua mensuração nas demonstrações financeiras, a Companhia e suas subsidiárias adotam estudos que utilizam premissas que se baseiam em dados estatísticos, muitas vezes observados internamente ou fornecidos por institutos ou entidades dedicados a este tipo de atividade.

A Controladora e algumas de suas subsidiárias possuem planos de assistência médica para os empregados que, dada as suas condições se caracteriza como um benefício pós-emprego. Dentro deste plano médico é concedido aos empregados que se aposentarem na Companhia a opção de permanecer no plano médico contribuindo com o custo integral do benefício cobrado pela seguradora, porém, devido a regras de reajustes previstas na legislação brasileira, em alguns momentos a contribuição realizada pelos aposentados pode não ser suficiente para cobrir as despesas do plano médico e desta forma representar uma exposição para a Companhia.

Em 2014 a Controladora anunciou mudanças na participação dos empregados no seu plano de assistência médica no que tange a tabela de contribuição. Essas alterações foram contestadas pelo Sindicato que obteve liminar suspendendo a alteração nos valores cobrados dos empregados elegíveis, porém para os empregados assistidos pelo benefício a alteração foi aplicada e por se tratar de uma mudança do plano de assistência médica os efeitos decorrentes dessa alteração, no valor aproximado de R\$ 80,0 milhões, foram registrados no resultado do período na linha de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas. Para os demais participantes do plano a Companhia não revisou a sua exposição, e está aguardando uma decisão legal para prosseguir com uma possível alteração da política de participação dos empregados no plano de assistência médica.

Alteração do critério de calculo da depreciação do *Pool*

A Companhia possui um *Pool* de peças reparáveis para uso dos clientes. Ao contratar o *Pool*, quando uma peça de uma de suas aeronaves é danificada, o cliente tem o direito de receber da Companhia uma peça em condições de uso, dentro de prazos acordados, em troca da sua peça sem condições de uso. Depois de reparada, a peça volta a ficar disponível para os clientes do *Pool*. Esta situação pode ocorrer por várias vezes, o que qualifica o pool de peças como um ativo imobilizado da Companhia, sendo depreciado pelo tempo que se espera obter retorno financeiro sobre esta operação.

Em 2014 a Companhia alterou a estimativa de vida útil do programa do Pool de peças reparáveis. Essa alteração ocorreu em decorrência da revisão anual das vidas úteis e valores residuais de todas as classes que compõem o ativo imobilizado da Companhia.

O processo de revisão levou em consideração a curva de aprendizado sobre o negócio adequando o padrão de consumo desses ativos para a Companhia. A vida útil dos ativos foi aumentada com base nas novas projeções de negócios disponíveis e para ser coerente com o recente crescimento dos negócios mundialmente. As mudanças de estimativas tiveram efeitos prospectivos a partir de 1º de outubro de 2014.

O impacto decorrente desta alteração foi uma redução da despesa de depreciação estimada em aproximadamente R\$ 32,1 milhões ao ano, não afetando materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**Alongamento de prazo de alguns recebíveis**

Do ponto de vista de caixa, o alongamento no prazo efetivo de pagamento por parte de alguns clientes acabou por impactar o fluxo previsto, que encerrou o ano com geração negativa de R\$ 824 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**ITEM 10.4 – Os diretores devem comentar****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia foram alteradas pela adoção das IFRS 10 Demonstrações Consolidadas, IFRS 11 Negócios em Conjunto e IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades (CPC 36 (R3), CPC 19 (R2) e CPC 45, respectivamente) em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

A adoção dos pronunciamentos contábeis IAS 19 Benefícios a empregados, IFRS 13 Mensuração do valor justo, IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS 7 Instrumentos financeiros: divulgações, com aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013, não geraram alterações e/ou impactos nas demonstrações financeiras previamente apresentadas, dessa forma, os períodos comparativos não foram ajustados em virtude da aplicação desses novos pronunciamentos.

Alterações pela adoção das IFRS 10, 11 e 12 (CPC 36 (R3), CPC 19 (R2) e CPC 45)**a) IFRS 10/CPC 36 (R3) – Demonstrações financeiras consolidadas**

Com aplicação obrigatória desde 1º de janeiro de 2013, o IFRS 10/CPC 36 (R3) ampliam o conceito de controle levando em consideração o poder e os retornos que um participante possui sobre um investimento. Neste contexto, um cenário de participação acionária com direitos de voto é analisado em conjunto com direitos substantivos que possam dar poder sobre as atividades relevantes da investida. Se caracterizado o controle, a controlada é integralmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e a participação de não controladores é apresentada dentro do patrimônio líquido como “participação de acionistas não controladores”. As demonstrações financeiras da Companhia não tiveram alterações com a adoção do IFRS 10.

b) IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto

Aplicável desde 1º de janeiro de 2013, o IFRS 11/CPC 19 (R2) provém reflexões mais realistas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés da sua forma legal prevendo dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto – que normalmente ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas (consolidação proporcional); e (ii) empreendimento controlado em conjunto – que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos dos contratos e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. Neste caso a consolidação proporcional não é mais permitida.

Apesar de não afetarem significativamente as demonstrações financeiras, os valores comparativos divulgados, referentes aos períodos encerrados até 31 de dezembro de 2012, deixam de refletir a consolidação proporcional das suas controladas em conjunto EZ Air Interior Limited e Atech Negócios em Tecnologias S.A. que a partir de fevereiro de 2013, teve seu controle adquirido pela Companhia (Nota 14.4), passando a consolidá-la de forma integral.

Com o início de suas operações no 3º trimestre de 2013, e devido ao tipo de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

relacionamento comercial com a Companhia, a EZ Air Interior Limited foi reenquadrada como uma operação controlada em conjunto, o que permitiu que fosse consolidada proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Companhia de 2013.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Conforme descrito no item 10,4.a) a Companhia realizou alteração nas práticas contábeis no exercício de 2013 em função da aplicação retrospectiva do IFRS 11, e em linha com o IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia está reapresentando para fins comparativos a posição financeira referente a 31 de dezembro de 2012, assim como a posição financeira em 1º de janeiro de 2012 por representar início do período de aplicação retrospectiva da referida IFRS.

Para efeito comparativo a Companhia também está reapresentando as demais demonstrações e respectivas notas explicativas para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 onde além dos efeitos da aplicação retrospectiva do IFRS 11, também foram reclassificados valores anteriormente apresentados em outras linhas.

Apresentamos abaixo os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas anteriormente publicadas pela Companhia, ajustadas com a aplicação do IFRS 11 para fins comparativos:

Balanço Patrimonial:

	Em 01 de janeiro de 2012		
	Balanço publicado	Ajuste IFRS 11	Balanço Reapresentado
Ativo Circulante	9.696.702	(10.172)	9.686.530
Investimentos	5.171	3.823	8.995
Ativo não circulante	6.914.502	(11.418)	6.903.083
Total Ativo	16.616.375	(17.767)	16.598.608
Passivo Circulante	5.330.598	(6.401)	5.324.197
Passivo não circulante	5.437.344	(11.366)	5.425.978
Patrimônio Líquido	5.848.433	-	5.848.433
Total Passivo	16.616.375	(17.767)	16.598.608

	Em 31 de dezembro de 2012		
	Balanço publicado	Ajuste IFRS 11	Balanço Reapresentado
Ativo Circulante	10.965.068	(14.424)	10.950.644
Investimentos	8	7.272	7.280
Ativo não circulante	8.428.591	(12.352)	8.416.239
Total Ativo	19.393.667	(19.504)	19.374.163
Passivo Circulante	5.705.973	(7.542)	5.698.431
Passivo não circulante	6.841.212	(11.962)	6.829.250
Patrimônio Líquido	6.846.482	-	6.846.482
Total Passivo	19.393.667	(19.504)	19.374.163

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Demonstração de resultado do período:**

Em 31 de dezembro de 2011			
	Resultado publicado	Ajuste IFRS 11	Resultado reapresentado
Receitas líquidas	9.858.055	(20.152)	9.837.903
Lucro Bruto	2.219.230	(7.226)	2.212.004
Receitas (despesas) operacionais	(1.696.878)	6.255	(1.690.623)
Equivalência patrimonial	(624)	1.126	502
Resultado operacional	521.728	155	521.883
Resultado financeiro	(139.701)	389	(139.312)
Lucro antes dos impostos	382.027	544	382.571
Imposto de renda e contribuição social	(210.774)	(544)	(211.318)
Lucro líquido do exercício	171.253	-	171.253
Lucro atribuído aos:			
Acionistas Embraer	156.296	-	156.296
Acionistas não controladores	14.957	-	14.957

Em 31 de dezembro de 2012			
	Resultado publicado	Ajuste IFRS 11	Resultado Reapresentado
Receitas líquidas	12.201.715	(21.252)	12.180.463
Lucro Bruto	2.953.146	(8.892)	2.944.254
Receitas (despesas) operacionais	(1.735.294)	5.761	(1.729.533)
Equivalência patrimonial	(421)	2.796	2.375
Resultado operacional	1.217.431	(335)	1.217.096
Resultado financeiro	5.426	(205)	5.221
Lucro antes dos impostos	1.222.857	(540)	1.222.317
Imposto de renda e contribuição social	(523.849)	540	(523.309)
Lucro líquido do exercício	699.008	-	699.008
Lucro atribuído aos:			
Acionistas Embraer	697.792	-	697.792
Acionistas não controladores	1.216	-	1.216

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Fluxo de caixa:**

	Em 31 de dezembro de 2011			
	Fluxo de Caixa publicado	Ajuste IFRS 11	Reclassificações (i)	Fluxo de Caixa Reapresentado
Lucro líquido do exercício	171.254	-	-	171.254
Itens que não afetam o caixa	581.772	-	(50.216)	531.556
Variação nos ativos e passivos	106.119	-	50.216	156.335
Caixa gerado nas atividades operacionais	859.145	-	-	859.145
Caixa usado nas atividades de investimento	(1.001.983)	-	-	(1.001.983)
Caixa gerado nas atividades financeiras	68.009	-	-	68.009
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	(74.829)	-	-	(74.829)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.321.199	-	-	2.321.199
Efeitos das variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa	286.301	(4.406)	-	281.895
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.532.671	(4.406)	-	2.528.265

	Em 31 de dezembro de 2012			
	Fluxo de Caixa publicado	Ajuste IFRS 11	Reclassificações (i)	Fluxo de Caixa Reapresentado
Lucro líquido do exercício	699.008	-	-	699.008
Itens que não afetam o caixa	842.361	1.727	(62.129)	781.959
Variação nos ativos e passivos	(86.514)	(9.661)	62.129	(34.046)
Caixa (usado) gerado nas atividades operacionais	1.454.855	(7.934)	-	1.446.921
Caixa usado nas atividades de investimento	(1.189.879)	3.049	(31.158)	(1.217.988)
Caixa gerado nas atividades financeiras	747.525	-	31.158	778.683
Aumento (redução) líquido do caixa e equivalentes de caixa	1.012.501	(4.885)	-	1.007.616
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.532.671	(4.406)	-	2.528.265
Efeitos das variações cambiais no caixa e equivalentes de caixa	135.561	768	-	136.329
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.680.733	(8.523)	-	3.672.210

- (i) Reclassificações efetuadas para fins comparativos, onde R\$ 62.129 em 2012 e R\$ 50.216 em 2011 referem-se a contribuição de parceiros anteriormente apresentada como uma variação no passivo agora deduzida da amortização do intangível, e R\$ 31.158 em 2012 referente a alteração na participação em subsidiárias e coligadas anteriormente apresentada em Atividades de financiamento agora apresentada em Atividades de investimento.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Demonstração do valor adicionado:**

	Em 31 de dezembro de 2011		
	DVA Publicado	Ajuste IFRS 11	DVA Ajustado
Receitas	10.425.861	(22.723)	10.403.138
Insumos adquiridos de terceiros	(7.710.380)	18.760	(7.691.620)
Depreciação e amortização	(401.195)	-	(401.195)
Valor adicionado recebido em transferência	267.397	1.151	268.548
Valor adicionado a distribuir	2.581.683	(2.812)	2.578.871
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	1.358.275	(298)	1.357.977
Impostos, taxas e contribuições	475.070	(73.533)	401.537
Débitos tributários IR/CSLL	139.931	71.387	211.318
Juros e aluguéis	437.153	(368)	436.785
Juros sobre capital próprio e dividendos	226.171	-	226.171
Lucros retidos do exercício	(69.874)	-	(69.874)
Participação dos não controladores	14.957	-	14.957
Valor adicionado distribuído	2.581.683	(2.812)	2.578.871

	Em 31 de dezembro de 2012		
	DVA Publicado	Ajuste IFRS 11	DVA Ajustado
Receitas	13.118.427	(23.875)	13.094.552
Insumos adquiridos de terceiros	(8.788.410)	13.826	(8.774.584)
Depreciação e amortização	(548.647)	2.993	(545.654)
Valor adicionado recebido em transferência	274.132	2.674	276.806
Valor adicionado a distribuir	4.055.502	(4.382)	4.051.120
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	2.090.347	(863)	2.089.484
Impostos, taxas e contribuições	457.459	(2.907)	454.552
Débitos tributários IR/CSLL	523.849	(540)	523.309
Juros e aluguéis	284.839	(72)	284.767
Juros sobre capital próprio e dividendos	182.450	-	182.450
Lucros retidos do exercício	515.342	-	515.342
Participação dos não controladores	1.216	-	1.216
Valor adicionado distribuído	4.055.502	(4.382)	4.051.120

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2014**

O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 não continha qualquer ressalva ou parágrafo de ênfase.

Comentário sobre o relatório dos auditores independentes de 2013

Em consequência de uma diferença entre as práticas adotadas no Brasil e as definidas através dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e da reapresentação de valores comparativos de anos anteriores em função da aplicação retrospectiva do

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto, os pareceres dos auditores independentes das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e 2013 apresenta os parágrafos de ênfase a seguir:

Avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

“Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Embraer S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto”.

A Companhia entende que esta ênfase apenas sublinha a circunstância da Companhia ter observado as regras de contabilidade brasileiras para a mensuração de seu investimento em controladas e coligadas, e que tais regras diferem das regras do IFRS. A ênfase também esclarece que esta é a única divergência entre as práticas adotadas pela Companhia com relação às demonstrações financeiras individuais e as práticas do IFRS. Dado que a Companhia tem o dever de seguir as regras de contabilidade brasileiras quanto às demonstrações financeiras individuais, a ressalva não poderia ser evitada.

Reapresentação dos valores correspondentes

“Conforme mencionado na nota explicativa 2.2.1, em decorrência das mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012 (que foram derivados das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011), e às correspondentes demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto”.

A Companhia entende que esta ênfase tem a intenção de destacar a orientação dada na nota explicativa 2.2.1. de suas demonstrações financeiras quanto à reapresentação dos saldos comparativos de anos anteriores em suas diversas peças, em função da aplicação da IFRS 11/CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto. Apesar de não afetarem significativamente as demonstrações financeiras, os valores comparativos divulgados referentes aos períodos encerrados até 31 de dezembro de 2012 deixam de refletir a consolidação proporcional das suas controladas em conjunto passando a consolidá-las de forma integral, possibilitando uma leitura mais adequada pelos usuários destas informações. Este tipo de situação tem previsão no IAS 1/CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e não constitui um erro.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

ITEM 10.5 – Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os CPCs/IFRSs, exige que a Companhia utilize estimativa e adote premissas que afetam os valores ativos e passivos, de receitas e despesas e de suas divulgações. Portanto, para preparar as demonstrações financeiras incluídas neste relatório, são utilizadas variáveis e premissas derivadas de experiências passadas e diversos outros fatores considerados razoáveis e pertinentes. Embora essas estimativas e premissas sejam revistas durante o curso normal dos negócios, a apresentação da situação financeira e dos resultados das operações da Companhia requer, com frequência, a avaliação dos efeitos de questões inerentemente incertas. Os resultados reais podem ser diferentes daqueles estimados por variáveis, suposições ou condições diferentes. As políticas de contabilidade mais importantes, incluindo as variáveis e suposições usadas nas estimativas, e a sensibilidade dessas avaliações às diferentes variáveis e condições, são descritas a seguir:

- **Receita das vendas e outras receitas operacionais**

A Companhia reconhece receitas de vendas pelos segmentos de jatos comerciais, jatos executivos, de Defesa & Segurança e outros bens e serviços, quando os benefícios e riscos são transferidos aos clientes, o que, no caso de aeronaves, ocorre quando a entrega é realizada e, no caso de serviços de aviação, quando o serviço é prestado ao cliente.

A Companhia reconhece, também, a receita de aluguel de aeronaves arrendadas, mediante contrato de arrendamento segundo seu prazo, sendo registrada a receita como vendas líquidas, no seu respectivo segmento operacional.

No segmento de Defesa & Segurança, uma parcela significativa das receitas é oriunda de contratos de desenvolvimento de longo prazo com o governo brasileiro e governos estrangeiros, pelos quais as receitas são reconhecidas de acordo com o POC (*Percentage of Completion*), utilizando o custo incorrido e o avanço físico como referência para mensuração da receita. Esses contratos contêm disposições sobre reajuste de preços com base em uma combinação de índices relativos ao custo da matéria-prima e da mão de obra. Para os contratos mensurados pelo custo incorrido, periodicamente, é reavaliada a margem prevista dos contratos de construção, ajustando o reconhecimento da receita com base nos custos projetados para a conclusão. Se os custos totais dos contratos em curso fossem 10% menores em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida no período de 2014 aumentaria R\$ 428.326 mil caso os custos fossem 10% maiores em relação às estimativas da Administração, a receita reconhecida sofreria queda de R\$ 682.996 mil.

As receitas do Programa de “Pool” de peças reparáveis são contabilizadas mensalmente em relação ao prazo do contrato e consistem em uma parte referente a uma taxa fixa e outra referente a uma taxa variável diretamente relacionada às horas de voo da aeronave coberta pelo programa.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

São efetuadas transações que representam contratos de múltiplos elementos, como treinamento, assistência técnica, peças de reposição e outras concessões, incluídas no preço de venda da aeronave. Contratos de múltiplos elementos são avaliados para determinar se podem ser separados em mais de uma unidade contábil, caso sejam atendidos todos estes critérios:

- item entregue tem valor para o cliente de maneira independente; e
- o preço justo do componente pode ser mensurado confiavelmente.

Se esses critérios forem cumpridos para cada elemento e houver evidência objetiva e confiável do valor justo de todas as unidades contábeis de um contrato, a receita é alocada separadamente conforme o valor justo relativo de cada unidade.

• **Garantias de produtos**

De modo geral, as vendas de aeronaves são acompanhadas de uma garantia padrão para sistemas, acessórios, equipamentos, peças e software fabricados pela Companhia e/ou seus parceiros de risco e fornecedores. A Companhia reconhece a despesa de garantia como componente de custos de vendas e serviços, no momento da venda e com base nos montantes estimados dos custos da garantia que se espera incorrer. Essas estimativas são baseadas em diversos fatores, incluindo despesas históricas com garantias e experiência com custos, tipo e duração da cobertura da garantia, volume e variedade de aeronaves vendidas e em operação e da cobertura da garantia disponível dos fornecedores correspondentes. Os custos reais da garantia do produto podem ter padrões diferentes da experiência prévia, principalmente quando uma nova família de aeronaves inicia seus serviços de receita, fato que pode exigir o aumento da provisão de garantia do produto. O período de garantia varia de três anos para peças de reposição a cinco anos para componentes que sejam parte da aeronave no momento da venda.

• **Garantias financeiras**

A Companhia pode vir a oferecer garantias financeiras relacionadas às aeronaves vendidas. A garantia é concedida pelo seu valor justo, sendo o respectivo valor contabilizado como uma dedução de venda, sendo posteriormente reconhecida como receita de vendas durante o período da garantia concedida. Neste momento a Companhia avalia a situação de crédito do financiado e passa a divulgar sua exposição máxima na Nota 36.3 – Coobrigações, responsabilidades e compromissos. A Companhia monitora a situação de crédito do financiado e na ocorrência de qualquer evento oficial (Chapter 11) ou de uma negociação, a exposição é recalculada considerando a melhor estimativa no momento em que os pagamentos se tornam prováveis e puderem ser estimados confiavelmente passando a reconhecê-la como uma provisão. Quando um acordo para o pagamento dessas garantias for firmado, os valores assumidos são reclassificados para contas a pagar.

• **Garantias de valor residual**

A Companhia pode vir a oferecer garantias de valor residual relacionadas às aeronaves vendidas, que poderão ser exercidas ao final do contrato de financiamento firmado entre um agente financeiro e o cliente/operador dessas aeronaves. No momento em que são concedidas, as garantias são mensuradas a valor justo e revisadas trimestralmente para refletir eventuais perdas em função do valor justo destes compromissos. As garantias de valor residual podem vir a ser exercidas caso o valor de mercado cotado seja inferior ao valor justo futuro garantido. O valor justo

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

futuro é estimado utilizando avaliações das aeronaves emitidas por terceiros, incluindo informações obtidas da venda ou leasing de aeronaves similares no mercado secundário.

- **Participação na estrutura de vendas de aeronaves**

Nos financiamentos estruturados, uma entidade compra aeronaves da Companhia, paga o preço total na entrega ou na conclusão da estrutura de financiamento e faz um contrato de leasing da aeronave em questão com o cliente final. Uma instituição financeira externa facilita o financiamento da compra de uma aeronave e uma parte do risco do crédito permanece com essa instituição.

Embora não tenha participação acionária, a Companhia controla as operações de algumas EPEs ou tem participação majoritária, absorvendo, se ocorrerem, a maior parte das perdas esperadas destas entidades. Quando a Companhia deixa de ter o controle das operações, os ativos e passivos relativos à aeronave são desconsolidados do balanço.

A Companhia determina quem detém o controle das operações das EPEs ou participa de forma majoritária dos riscos e benefícios, principalmente com base na avaliação qualitativa. Isso inclui uma análise da estrutura de capital das EPEs, relações e termos contratuais, natureza das finalidades e operações das EPEs, natureza das participações nas EPEs emitidas e a participação da Companhia na entidade que cria ou absorve variabilidade. São avaliados os projetos das EPEs e os riscos associados aos quais a entidade e os detentores de participação variável estão expostos na avaliação da consolidação. Em casos limitados, quando pode não estar claro sob o ponto de vista qualitativo se a Companhia possui o controle, é utilizada análise quantitativa para calcular a probabilidade ponderada das perdas esperadas e a probabilidade ponderada dos retornos residuais esperados, por meio da modelagem de fluxo de caixa e da medição estatística de riscos.

- **Redução ao valor recuperável dos ativos (Impairment)**

Ativos não circulantes detidos para o uso estão sujeitos a uma avaliação de *impairment*, se os fatos e as circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável com base no maior entre os fluxos de caixa futuros descontados e o valor líquido de venda do ativo.

Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC) considerando a similaridade dos produtos e serviços produzidos e prestados pela Companhia e a forma como ela acompanha e gerencia os fluxos de caixa gerados. As UGC da Companhia são definidas e revisadas anualmente, de acordo com as famílias/plataformas das aeronaves e demais negócios desenvolvidos pela controladora e demais empresas do grupo. Estas definições são efetuadas e revisadas de forma corporativa, independentemente do local ou locais nos quais os ativos, bens e serviços são usados, produzidos ou prestados.

O teste de *impairment* é realizado em períodos anuais, ao final de cada exercício, exceto na existência de algum indicador de *impairment* que a Companhia venha a identificar o que a obrigaria a elaborar um teste de *impairment* intermediário.

No caso de ativos intangíveis, inclusive o ágio por rentabilidade futura originado nos processos de desenvolvimento de produtos ou na aquisição de novos negócios, o teste de recuperabilidade é efetuado para todas as UGC relacionadas, independente da existência de indicadores de perda

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseada em orçamentos financeiros aprovados pela Administração (Plano Estratégico da Companhia) para o período correspondente ao ciclo de vida esperado de cada UGC. As projeções de fluxo de caixa consideram todas as características dos negócios da Companhia nos quais os investimentos em ativos imobilizados e ativos intangíveis são efetuados, tais como o nível de investimento e os retornos (de médio-longo prazo), além do eventual redirecionamento de ativos para novos negócios. Estes fluxos são trazidos a valor presente utilizando uma taxa de desconto compatível com o mercado e que reflita a expectativa de retorno dos investidores.

Na existência de um ajuste por conta da não recuperação dos ativos alocados a uma UGC, seu valor é proporcionalizado em função dos ativos líquidos do Grupo e reconhecido em todas as subsidiárias que atuam para aquela UGC dentro de Outras despesas operacionais.

Se a taxa de desconto aplicada nos fluxos de caixa futuros apresentasse variação de 10% em 31 de dezembro de 2014, seja positiva ou negativa, ainda assim a companhia não apresentaria ajuste de *impairment*.

- **Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são cotados em um mercado ativo é determinado utilizando-se técnicas de valorização. A Companhia utiliza seu julgamento para a seleção de métodos, valendo-se de premissas baseadas em condições de mercado vigentes ao final de cada data de balanço.

- **Imposto de renda e contribuição social**

A Companhia está sujeita ao imposto de renda em diversos países em que opera, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países, onde a determinação da existência de imposto ao final de determinadas operações é incerta. Também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os valores contábeis das demonstrações financeiras da Controladora são apurados na moeda funcional (dólar) enquanto que a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda brasileira (real). Portanto, flutuações na taxa de câmbio podem afetar significativamente o valor da despesa de imposto de renda reconhecida em cada período, principalmente decorrente do impacto sobre os ativos não monetários.

Se a taxa de câmbio apresentasse uma diferença de apreciação dos reais vs. dólar de 10% em 31 de dezembro de 2014, o imposto de renda e contribuição social diferidos, relacionados a certos ativos não monetários, aumentaria o passivo de imposto de renda diferido em cerca de R\$ 330.665 mil caso o real depreciasse em relação ao dólar, o passivo de imposto de renda diferido diminuiria cerca de R\$ 330.665 mil caso o real apreciasse em relação ao dólar.

- **Benefícios a empregados**

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia e algumas de suas subsidiárias possuem um plano de benefício médico pós-emprego que provê assistência médica para os empregados aposentados. Para identificar a exposição futura deste benefício e consequentemente sua mensuração nas demonstrações financeiras, a Companhia e suas subsidiárias se utilizam de estudos atuariais elaborados por empresa especializada contratada para este fim. Estudos atuariais utilizam premissas que normalmente se baseiam em dados estatísticos, muitas vezes observados internamente ou fornecidos por institutos ou entidades dedicados a este tipo de atividade.

Considerando que estes estudos atuariais utilizam premissas como taxa de desconto, taxa de crescimento dos custos médicos, taxa de morbilidade (*aging factor*), tábua de mortalidade, probabilidade de aposentadoria e taxa de desligamento, que em sua maioria são apuradas com base em dados estatísticos, a definição de alguma mudança razoavelmente possível é muito subjetiva. Neste sentido, um aumento de 0,5 % na taxa de desconto utilizada no cálculo atuarial do plano de benefício médico pós-emprego concedido pela Companhia diminuiria sua exposição em 31 de dezembro de 2014 em R\$ 6.210 mil e uma redução de 0,5% na mesma taxa aumentaria sua exposição em R\$ 6.865 mil. Na taxa de crescimento dos custos médicos, um aumento de 1% no cálculo atuarial, a exposição da Companhia aumentaria em R\$ 14.481 mil e uma redução de 1% na mesma taxa diminuiria sua exposição em R\$ 11.995 mil.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

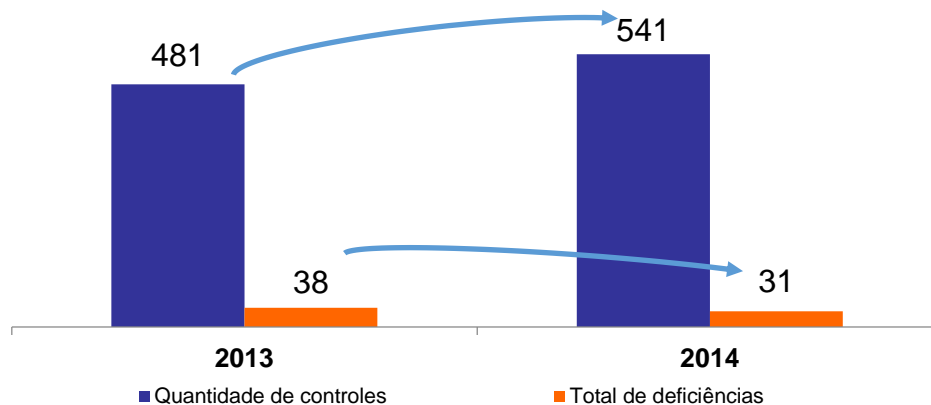
ITEM 10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A área de Gestão de Riscos e Controles Internos avalia anualmente os controles internos para atendimento a Lei *Sarbanes Oxley Act* (SOX) e processos tendo como base os riscos de demonstrações financeiras. Essa avaliação é realizada seguindo o planejamento, walkthrough, Testes de eficácia e Re-teste, caso necessário.

Anualmente é efetuado o planejamento com base no cálculo da materialidade e definido o escopo e cronograma das fases.

Veja abaixo a quantidade de controles dado o escopo e evolução do processo de controles internos na Embraer:



As fases do processo, desde o planejamento anual, escopo, Walkthrough, testes de eficácia, potenciais problemas e os resultados finais que são apresentados ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria e Riscos e em Reuniões de Diretoria. Todas as fases são alinhadas previamente entre a área de Riscos e Controles Internos e auditoria independente, sendo posteriormente divulgado.

Reuniões de alinhamento e acompanhamento são realizadas durante todas as fases juntamente com a auditoria externa com a finalidade de prevenir eventuais não conformidades de controles.

A gestão da Embraer (Vice-Presidentes, Diretores, Gerentes e Supervisores) recebe anualmente o relatório sobre as avaliações dos controles internos da Embraer. A gestão da Embraer assina uma carta de representação, atestando que observaram os aspectos de controles internos e anticorrupção.

De forma a garantir que as deficiências detectadas durante as avaliações internas e pela auditoria independente, a área de Gestão de Riscos e Controles Internos utiliza do Programa de Excelência Empresarial (P3E) para apoiar nas soluções das deficiências encontradas. É uma prerrogativa para evolução das células de melhoria continua (P3E) que não existam deficiências, sem planos de ação, data e responsáveis.

Adicionalmente, a área de Riscos e Controles Internos trabalha de forma colaborativa com a área de Auditoria Interna e *Compliance* da Embraer para alinhar os riscos, planos de ação e evitar sobreposições de atividades.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

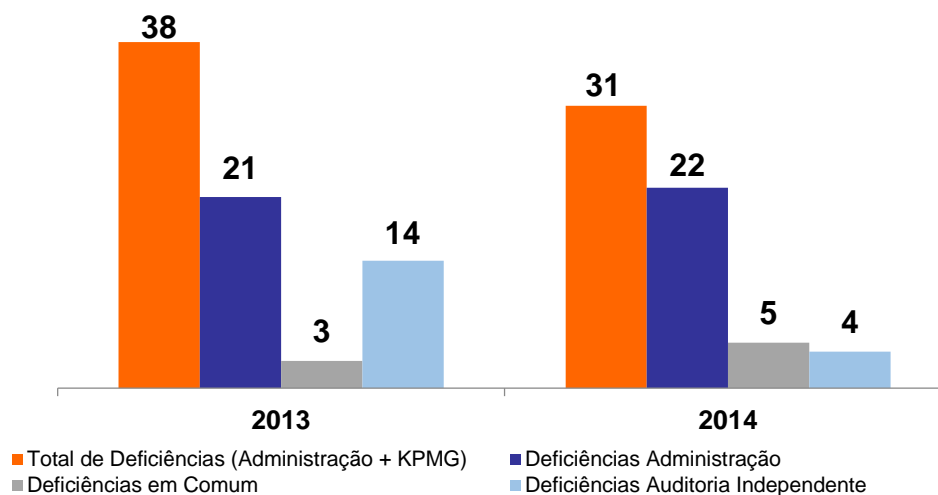
Através das avaliações e testes de eficácia de controles internos da Embraer, nos ciclos dos processos: controles de governança, tecnologia da informação, anticorrupção, fechamento contábil, contas a receber, contas a pagar, financeiro, estoques, ativo imobilizado, pesquisa e desenvolvimento, recursos humanos, impostos e segregação de função, efetuados durante o exercício de 2014, conforme o escopo previamente determinado e aprovado pela Administração, a área de Riscos e Controles Internos entende que os processos, controles, instrumentos de monitoramento e conscientização foram adequados e reduzem significativamente a exposição aos riscos das demonstrações financeiras.

Os Diretores da Embraer, através dos relatórios emitidos e reportes efetuados durante o exercício de 2014, entendem que os controles internos aplicados e testados foram eficazes e efetivos.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Anualmente, o auditor independente efetua as suas avaliações dos controles internos durante das fases de Walkthrough e testes de eficácia, a cada fase é emitido um relatório prévio sobre as deficiências e oportunidades de melhorias. Este relatório é discutido sobre os impactos e necessidades de ajustes nos controles.

O trabalho de alinhamento efetuado durante o ano de 2014 demonstrou uma melhoria significativa sobre a visão dos riscos e detecção das deficiências, assim como demonstrado no gráfico abaixo:



O relatório final sobre o ambiente de controles internos, emitido pelo auditor independente para a Embraer, é encaminhado para as áreas para que tomem ações sobre as deficiências detectadas. No exercício de 2014, não foram identificadas deficiências significativas ou materiais pela Administração e pelos Auditores Independentes.

O aprimoramento contínuo dos controles internos a fim de evitar e/ou eliminar deficiências que foram apontadas no relatório do auditor independente são tratadas e acompanhadas pela área de Riscos e Controles Internos através dos planos de ação, juntamente, com as áreas responsáveis pela execução dos controles.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Periodicamente, a área de Riscos e Controles Internos realiza o reporte de suas atividades, resultados e planos de ação para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria e Riscos.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**ITEM 10.7 – Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

As emissões de valores mobiliários mais recentes realizadas pela Companhia consistem em emissões de títulos de dívida (*bonds*) no mercado internacional sendo uma emissão de US\$ 400 milhões realizada em outubro de 2006 (vencimento em janeiro/2017) e outra no valor de US\$ 500 milhões realizada em outubro de 2009 (vencimento em janeiro/2020). Ambas foram emitidas pela subsidiária integral, Embraer Overseas Ltd, e contam com a garantia incondicional da Embraer. As duas emissões têm pagamento de juros semestral à taxa de 6,375% a.a. Em junho de 2012, a companhia emitiu nova emissão de título de dívida (*bonds*) no mercado internacional no montante de US\$ 500 milhões com vencimento em Junho/2022.

Entre os meses de agosto e setembro de 2013 a Embraer S.A por meio de sua subsidiária Embraer Overseas Limited efetuou a oferta de permuta para os atuais títulos com vencimento em 2017 e 2020 para “Notas Novas” com vencimento para 2023. Para os títulos de 2017 a Oferta de Permuta resultou em US\$ 146.4 milhões do valor principal total das Notas vigentes e US\$337.2 milhões do valor principal total das Notas de 2020, representando aproximadamente 54,95% de Notas permutadas. O total da “Oferta de Permuta” considerando os efeitos do preço de permuta nas negociações e emissão total das Notas Novas fechou em aproximadamente US\$540.5 milhões em valor principal a uma taxa de 5,696% e com vencimento final para 16 de setembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo devedor destas emissões era de R\$ 3.704,0 milhões, incluindo principal e juros acumulados.

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Os recursos relativos às emissões acima com vencimentos para 2017 e 2020 foram utilizados para o pagamento de dívidas existentes naquelas datas, e com a oferta de permuta destes títulos, propiciou um alongamento do endividamento geral da Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não, os recursos foram aplicados de acordo com a destinação divulgada nos respectivos prospectos.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve desvio em relação ao acordo do respectivo prospecto.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

ITEM 10.8 – Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. Contratos de construção não terminada

v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Conforme descrito na nota 36 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014, em seu curso normal de negócios, a Companhia participa de determinadas operações, incluindo obrigações de recompra (*"trade-in"*), arrendamentos e garantias financeiras, como segue:

- **Trade in**

A Companhia está sujeita a opções de *trade in* para 12 aeronaves. Em quaisquer operações de *trade in* a condição fundamental é a aquisição de aeronaves novas pelos respectivos clientes. O exercício de opção de *trade in* está vinculado ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte dos clientes. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser aplicado ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado produzido pela Companhia. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de *trade in* para antecipar-se a situações adversas. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencialmente aceita sob *trade in* poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

- **Arrendamento**

Na Controladora os arrendamentos operacionais referem-se a equipamentos de telefonia e informática e nas controladas, referem-se a arrendamentos operacionais de terrenos e instalações, máquinas, veículos e equipamentos de informática. Em 31 de dezembro de 2014 estes valores totalizavam R\$ 42.229 mil e em 31 de dezembro de 2013 R\$ 45.344 mil. Esses arrendamentos expiram em diversas datas até 2038.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos de arrendamento mercantil operacional cujos pagamentos ocorrerão conforme demonstrado a seguir (em milhares de reais):

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2015	26.421	47.200
2016	19.021	37.313
2017	7.016	23.873
2018	69	16.138
Após 2018	-	79.669
	<u>52.527</u>	<u>204.193</u>

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

- Garantias financeiras**

A tabela a seguir (em milhares de reais) fornece dados quantitativos relativos a garantias financeiras dadas pela Companhia a terceiros. O pagamento potencial máximo (exposição fora do balanço) representa o pior cenário e não reflete, necessariamente, os resultados esperados pela Companhia. Os recursos estimados das garantias de performance e dos ativos vinculados representam valores antecipados dos ativos, os quais a Companhia poderia liquidar ou receber de outras partes para compensar os pagamentos relativos a essas garantias dadas.

	31.12.2014	31.12.2013
Valor máximo de garantias financeiras	1.295.118	1.277.873
Valor máximo de garantia de valor residual	816.721	843.133
Exposição mutuamente exclusiva (i)	(285.377)	(221.751)
Provisões e obrigações registradas (Nota 25)	(414.737)	(363.791)
Exposição fora do balanço	1.411.725	1.535.464
Estimativa do desempenho da garantia e ativos vinculados	1.926.285	2.126.611

- (i) Quando um ativo estiver coberto por garantias financeiras e de valor residual, mutuamente excludentes, a garantia de valor residual só poderá ser exercida caso a garantia financeira tenha expirado sem ter sido exercida. Caso a garantia financeira tenha sido exercida, a garantia de valor residual fica automaticamente cancelada.

A exposição da Companhia é reduzida pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas de utilização.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras;

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

ITEM 10.9 – Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

A seguir, apresentamos informações relacionadas aos itens citados no item 10.8 deste formulário assim como a percepção da Administração quanto a sua eventual ocorrência e efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Trade in

No caso de opções de troca (*trade-in*) a Companhia pode ser obrigada a aceitar trocas, em raras exceções a preços que podem estar acima do preço de mercado da aeronave no momento da troca, o que resultaria em perdas financeiras para a Companhia. Nesta situação a perda é calculada apurando a diferença entre o valor de mercado da aeronave usada dada em troca de uma nova e o valor atribuído na negociação com o Cliente. A perda é reconhecida como uma dedução na receita de venda da aeronave nova na forma de um desconto comercial.

Arrendamento

Por se tratarem de contratos de arrendamento cuja essência refere-se a um simples arrendamento e cujos ativos não serão adquiridos pela Companhia, os respectivos fluxos de pagamentos não são representados na posição financeira da Companhia, exceto no período onde o serviço (arrendamento) tenha sido disponibilizado, seguindo o princípio da competência. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento, segundo sua natureza.

Garantias

- A Companhia pode vir a oferecer garantias de valor residual relacionadas às aeronaves vendidas, que poderão ser exercidas ao final do contrato de financiamento firmado entre um agente financeiro e o cliente/operador dessas aeronaves. No momento em que são concedidas, as garantias são mensuradas a valor justo e revisadas trimestralmente para refletir eventuais perdas em função do valor justo destes compromissos, sendo registrados como uma despesa financeira da Companhia por se tratar de um instrumento derivativo. As garantias de valor residual podem vir a ser exercidas caso o valor de mercado cotado seja inferior ao valor justo futuro garantido. O valor justo futuro é estimado utilizando avaliações das aeronaves emitidas por terceiros, incluindo informações obtidas da venda ou leasing de aeronaves similares no mercado secundário.
- A Companhia pode vir a oferecer garantias financeiras relacionadas às

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

aeronaves vendidas. A garantia é concedida pelo seu valor justo, sendo o respectivo valor contabilizado como uma dedução de venda, sendo posteriormente reconhecida como receita de vendas durante o período da garantia concedida. A Companhia monitora a situação de crédito do financiado e na ocorrência de qualquer evento que afete a condição de crédito do financiado ou de uma negociação, a exposição é recalculada considerando a melhor estimativa no momento em que os pagamentos se tornam prováveis e possam ser estimados confiavelmente passando a reconhecê-la como uma provisão contra resultado operacional. Quando um acordo para o pagamento dessas garantias for firmado, os valores assumidos são reclassificados para o contas a pagar.

- As perdas relacionadas a garantias de desempenho são registradas no momento em que são conhecidas ou quando as circunstâncias indicam que a aeronave não atingirá os requerimentos mínimos de desempenho esperados, com base na estimativa da Administração da Companhia.

b. Natureza e o propósito da operação

Trade in

Em quaisquer operações de *trade in* a condição fundamental é a aquisição de aeronaves novas pelos respectivos clientes. O exercício de opção de *trade in* está vinculado ao cumprimento das cláusulas contratuais por parte dos clientes. Essas opções determinam que o preço do bem dado em pagamento poderá ser aplicado ao preço de compra de um novo modelo mais atualizado produzido pela Companhia. A Companhia continua a monitorar todos os compromissos de *trade in* para antecipar-se a situações adversas.

Arrendamento

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanece com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Na Controladora os arrendamentos operacionais referem-se a equipamentos de telefonia e informática e nas controladas, referem-se a arrendamentos operacionais de terrenos e instalações, máquinas, veículos e equipamentos de informática.

Garantias

- A Companhia possui garantias de valor residual que normalmente asseguram em determinado período que a respectiva aeronave terá um valor residual de mercado do preço original de venda, sujeita a uma limitação ("teto"). No caso do exercício por um comprador de sua garantia de valor residual, a Companhia arcará com a diferença, se houver, entre o valor residual garantido e o valor de mercado da aeronave quando do referido exercício.
- As garantias financeiras são garantias relacionadas ao financiamento da aeronave. É concedida ao agente financeiro e na hipótese do cliente não

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

honrar o pagamento do financiamento a Companhia arca com as primeiras perdas limitada a um percentual do saldo devedor previamente acordado.

- Alguns contratos de venda podem conter cláusulas de garantia de um nível mínimo de desempenho da aeronave subsequente à entrega, baseado em metas operacionais predeterminadas. Se a aeronave sujeita a esse tipo de garantia não atingir índices de desempenho requeridos depois da entrega, a Companhia pode ser obrigada a reembolsar seus clientes pelo aumento dos custos e serviços operacionais incorridos com base em fórmulas definidas em contrato.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**Trade in**

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia estava sujeita a opções de *trade in* para nove aeronaves. Com base nas estimativas atuais da Companhia e na avaliação de terceiros, a Administração acredita que qualquer aeronave potencialmente aceita sob *trade in* poderá ser vendida no mercado sem ganhos ou perdas relevantes.

Arrendamento

Em 31 de dezembro de 2014 estes valores totalizavam R\$ 42.229 e em 31 de dezembro de 2013 R\$ 45.344. Esses arrendamentos expiram em diversas datas até 2038.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos de arrendamento mercantil operacional cujos pagamentos ocorrerão conforme demonstrado a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2015	26.421	47.200
2016	19.021	37.313
2017	7.016	23.873
2018	69	16.138
Após 2018	-	79.669
	<u>52.527</u>	<u>204.193</u>

Garantias

A tabela a seguir fornece dados quantitativos relativos a garantias financeiras dadas pela Companhia a terceiros. O pagamento potencial máximo (exposição fora do balanço) representa o pior cenário e não reflete, necessariamente, os resultados esperados pela Companhia. Os recursos estimados das garantias de desempenho e dos ativos vinculados representam valores antecipados dos ativos, os quais a Companhia poderia liquidar ou receber de outras partes para compensar os pagamentos relativos a essas garantias dadas.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

	31.12.2014	31.12.2013
Valor máximo de garantias financeiras	1.295.118	1.277.873
Valor máximo de garantia de valor residual	816.721	843.133
Exposição mutuamente exclusiva (i)	(285.377)	(221.751)
Provisões e obrigações registradas (Nota 25)	(414.737)	(363.791)
Exposição fora do balanço	1.411.725	1.535.464
Estimativa do desempenho da garantia e ativos vinculados	<u>1.926.285</u>	<u>2.126.611</u>

Nota: (i) Quando um ativo estiver coberto por garantias financeiras e de valor residual, mutuamente excludentes, a garantia de valor residual só poderá ser exercida caso a garantia financeira tenha expirado sem ter sido exercida. Caso a garantia financeira tenha sido exercida, a garantia de valor residual fica automaticamente cancelada.

A exposição da Companhia é reduzida pelo fato de que, para poder se beneficiar da garantia, a parte garantida deve retornar o ativo vinculado em condições específicas de utilização.